



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO MAR - LABOMAR
CURSO DE OCEANOGRAFIA**

LUANA CASTELO MARTINS

ECOTURISMO EM JERICOACOARA – DIMENSÕES E DESAFIOS

FORTALEZA

2017

LUANA CASTELO MARTINS

ECOTURISMO EM JERICOACOARA – DIMENSÕES E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Oceanografia do Instituto de Ciências do Mar-LABOMAR, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Oceanografia.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Vieira Faria

Fortaleza

2017

M344e Martins, Luana Castelo.

Ecoturismo em Jericoacoara - Dimensões e Desafios / Luana Castelo Martins. – 2017.

79 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Ciências do Mar, Curso de Oceanografia, Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Vicente Vieira Faria.

1.Ecoturismo. 2. Jericoacoara. 3. Conservação ambiental. I. Título.

CDD 551.46

LUANA CASTELO MARTINS

ECOTURISMO EM JERICOACOARA – DIMENSÕES E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Oceanografia do Instituto de Ciências do Mar-LABOMAR, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Oceanografia.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vicente Vieira Faria (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Marcelo Oliveira Soares
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio de Oliveira Matos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais, Cláudia Helena Carvalho Castelo e Luis Fernando Martins, com toda minha gratidão, admiração e respeito.

À minha vó Antônia Albetiza Carvalho Castelo (*in memoriam*), por todo o amor e pela eterna saudade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, pelo amor e amizade, e por sempre dividir comigo histórias dos seus momentos em Jericoacoara e despertar em mim a paixão por aquele lugar.

Ao meu padrasto, Jean Picarte, pela sua contribuição nessa caminhada.

À toda minha família, primos e tios, em especial à minha prima Flávia Castelo, por dividir ensinamentos e me guiar neste trabalho.

Às minhas amigas: Nina Dorian, pela amizade e por dividir comigo o sonho da Oceanografia; Ayala Xárgina, por todo o carinho e pela contribuição no desenvolvimento da pesquisa; e Ivna Mascarenhas, Natália Porto e Vanessa Costa, por todo companheirismo e amizade ao longo desses anos.

Às minhas amigas e colegas de curso, Lívia Melo e Richelle Soares, por toda a dedicação e ajuda na pesquisa em campo e na continuidade desse trabalho.

Aos meus outros colegas de curso que dividiram comigo bons momentos ao longo da minha graduação. Em especial à Clara Cabral e Larissa Plutarco, por toda a amizade e cumplicidade.

Aos membros do Conselho Comunitário de Jericoacoara, Elenildo, Paula e Jair, por terem me recebido e me apresentado à situação atual de Jeri. E a todos os outros moradores e turistas que contribuíram para a obtenção de informações.

A todos os meus bons professores da UFC, em especial ao Prof. Dr. Marcelo Oliveira, pela experiência de estágio em seu laboratório, contribuindo imensamente para a minha formação.

Aos meus ex-colegas de estágio no CEAC, Sandra e Junior, pelos ensinamentos e companhia durante os meses em que estive lá.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela bolsa de Iniciação Científica durante quase dois anos; ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica – CNPq, pela bolsa do Programa Ciência Sem Fronteiras (ao longo de um ano e meio) na *University of Western Australia* (UWA).

Ao Prof. Dr. Vicente Faria, meu orientador, pela confiança e por toda a colaboração com a realização desse trabalho, e por todo o esforço em me ajudar a concluir este curso.

E ainda, aos meus cachorros, Luck, Mel e Chito, pela incansável companhia durante essa jornada de trabalho.

“A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las”.

(Santo Agostinho).

RESUMO

Jericoacoara tem sido considerada uma das praias mais bonitas do mundo, sendo, hoje, um dos principais destinos turísticos brasileiros. Entretanto, o crescimento desordenado das atividades turísticas no local tem afetado especialmente o modo de vida da comunidade local e as paisagens naturais e ecossistemas da região. Nesse contexto, o presente trabalho identificou problemas relacionados à atividade turística. Isto foi feito através da percepção e consciência de moradores e turistas em relação ao espaço do Parque Nacional e da Vila de Jericoacoara, sob o ponto de vista ambiental, social e turístico. A partir desse diagnóstico, o Ecoturismo é aqui apresentado como possível alternativa para o ordenamento dessas atividades. A relevância do Ecoturismo para Jericoacoara se dá pela preocupação, diferentemente de outros segmentos do turismo, não somente com o crescimento da economia, mas especialmente com a conservação dos ecossistemas naturais da área e com a manutenção das questões sociais, através do fortalecimento da participação de toda a comunidade. A obtenção de dados em campo foi realizado através da aplicação de questionários com moradores e visitantes e pela identificação in loco de problemas ambientais. Foi então constatado o crescimento desordenado das atividades turísticas, e que há: (1) problemas ambientais na Vila, especialmente em relação ao lixo; (2) precariedade ou ausência completa da educação ambiental; (3) o distanciamento dos moradores e dos turistas do Parque, como unidade de conservação, e da importância ambiental da região; (4) uso e ocupação indevidos do espaço; (5) uma boa aceitação do turismo pelos moradores, apesar dos problemas identificados; (6) o reconhecimento de benefícios gerados pela implementação do Parque à comunidade, em especial o comércio; (7) pouco controle sobre os veículos que entram no parque; e (8) um aceite de um novo planejamento turístico que vise a melhoria das questões sociais e ambientais na região. Em conclusão, faz-se urgente a necessidade de um planejamento turístico para a área. Esse planejamento turístico deve visar não apenas atender a demanda do turismo, mas principalmente a preservação da natureza e a inclusão da comunidade, como um todo, no crescimento econômico da Vila. Nesse contexto, o presente estudo apresenta componentes para elaboração de um planejamento ecoturístico para a região que, se feito corretamente, terá o potencial de minimizar os problemas aqui identificados.

Palavras-chave: Ecoturismo. Jericoacoara. Conservação ambiental.

ABSTRACT

Jericoacoara has been considered one of the most beautiful beaches in the world, being, today, one of the main tourist destinations in Brazil. However, the disorderly growth of tourist activities has especially affected the livelihood of the local community and the natural landscapes and ecosystems of the region. In this context, the objective of this work was to identify problems related to tourist activities, through the perception and awareness of residents and tourists in relation to the National Park and the Village of Jericoacoara from the environmental, social and tourist point of view. Ecotourism is introduced here as a possible alternative to order tourist activities in the region. Ecotourism can be considered appropriate for Jericoacoara because it takes into account, unlike other tourism segments, not only the economy growth but also and especially the conservation of the natural ecosystems of the area, together with the maintenance of social issues. This is achieved through the participation of an entire local community. Field data was collected through the application of questionnaires applied to residents and visitors, and in loco identification of environmental and social problems. It was then verified a disordered growth of tourist activities. This resulted in: (1) environmental problems in the Village, especially in relation to garbage; (2) precariousness or complete absence of environmental education; (3) residents and tourists distant from the Park as a conservation unit and the environmental importance of the region; (4) improper use and occupation of space; (5) a good acceptance of tourism by the residents, despite the problems identified; (6) the acknowledgment of the benefits generated by the implementation of the Park to the community, especially the trade; (7) little control over the vehicles entering the park; and (8) acceptance to a new tourist plan which aims to the improvement of social and environmental issues in the region. In conclusion, a tourism planning for the area is urgently needed. This tourism plan should aims not only to meet the demand of tourism, but also and mainly the preservation of nature and the inclusion of the community, as a whole, in the economic growth of the Village. In this context, the present study presents components for the elaboration of an ecotourism planning for the region that, if done correctly, will have the potential to minimize the problems identified here.

Keywords: Ecotourism. Jericoacoara. Environmental conservation.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 CONTEXTUALIZAÇÃO | 15 |
| 2.1 O turismo e o desenvolvimento sustentável | 15 |
| a. Alguns aspectos sobre o conceito de desenvolvimento sustentável..... | 15 |
| b. Alguns aspectos do turismo | 18 |
| c. A sustentabilidade e o planejamento turístico – o turismo de natureza..... | 189 |
| 2.2 O Ecoturismo | 21 |
| a. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) | 24 |
| b. O Ecoturismo em áreas protegidas | 26 |
| 2.3 Jericoacoara | 28 |
| 3 OBJETIVOS | 33 |
| 3.1 Objetivo geral | 33 |
| 3.2 Objetivos específicos | 33 |
| 4 MATERIAIS E MÉTODOS | 34 |
| 4.1 Área de estudo | 34 |
| a. O estado do Ceará e o Distrito de Jericoacoara..... | 34 |
| b. A Vila de Jericoacoara | 37 |
| c. o Parque Nacional de Jericoacoara..... | 39 |
| 4.2 Desenvolvimento da pesquisa..... | 41 |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 45 |
| 5.1 O Parque Nacional | 45 |
| 5.1.1 Resultado dos questionários | 45 |
| a. A visão dos moradores..... | 45 |
| b. A visão dos turistas | 48 |
| 5.1.2 Campo | 51 |
| 5.2 A Vila de Jericoacoara | 53 |
| 5.2.1 Resultado dos questionários | 453 |
| a. A visão dos moradores..... | 53 |
| b. A visão dos turistas | 60 |
| 5.2.2 Campo | 61 |
| 5.3 Dimensões e desafios do Ecoturismo em Jericoacoara | 653 |
| 6 CONCLUSÕES | 75 |
| REFERÊNCIAS | |

1 INTRODUÇÃO

O grande desafio enfrentado pela sociedade hoje é a reestruturação do modelo econômico atual em função da conservação da natureza e de seus recursos naturais. Diversos setores da economia mundial vêm desenvolvendo estratégias que incorporam a conservação ambiental às suas atividades. A comercialização do conceito “eco” ganhou forte espaço no mercado. Seja por consciência ecológica¹ ou apenas por estratégia de *marketing*, empreendedores e consumidores estão cada vez mais à procura do que se aproxime da ideia de ecologicamente correto. Dentro desse contexto do ‘ecologicamente correto’, uma das atividades econômicas globais mais promissoras é a de turismo.

No entanto, apesar de seu potencial ‘eco’, o crescimento global do turismo tem representado, frequentemente, uma ameaça para a manutenção dos ecossistemas naturais. Aliás, não só para os ecossistemas naturais. O descaso do homem com a natureza muitas vezes vai além dos aspectos físicos e biológicos do ambiente. Isto porque este descaso engloba também as relações socioculturais e as individuais humanas (MENDONÇA, 2001). Estes são típicos efeitos do turismo de massa.

[...] O turismo de massa possui não apenas grande significado econômico em muitos casos (fonte de renda e divisas), mas também exerce impactos outros igualmente relevantes, notadamente sobre a cultura e o espaço (natural e ou social) da área receptora dos turistas. Atividade complexa, de importância crescente e de significativo potencial de impacto (positivo e negativo) sobre as relações sociais e o ambiente, o turismo merece, por isso, mais que um lugar subalterno no contexto da reflexão teórica sobre o desenvolvimento (SOUZA, 2002 *apud* MEDEIROS, 2013, p.5).

Em meio a essa problemática, o ecoturismo vem se consolidando em várias partes do mundo como uma opção ao turismo convencional. O ecoturismo é um segmento alternativo do turismo e vem sendo promovido como importante ferramenta do desenvolvimento sustentável. Estima-se que o ecoturismo movimente anualmente bilhões de dólares, ao mesmo tempo que aproveita as tendências do mercado, objetiva a conservação de áreas naturais e a proteção das comunidades locais. O ecoturismo

¹ BEDANTE (2004) define consciência ecológica como a predisposição de um indivíduo em se posicionar a favor ou contra certas questões ambientais. Dessa forma, “uma pessoa com maiores níveis de consciência ambiental teria atitudes mais positivas em relação ao consumo sustentável”. [BEDANTE, G.N. A influência da consciência ambiental e das atitudes em relação ao consumo sustentável na intenção de compra de produtos ecologicamente embalados. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2004.]

[...] consiste em viajar a áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o objetivo específico de admirar, desfrutar e estudar sua paisagem, sua flora e sua fauna silvestre, assim como as manifestações culturais (tanto os presentes, como as passadas) que ali se possa encontrar. Nestes termos, o ecoturismo implica um enfoque científico, estético ou filosófico, sem que isto signifique que o ecoturista deva ser um cientista, um artista ou filósofo profissional. O relevante aqui é que a pessoa que pratica o ecoturismo tenha a oportunidade de estar imersa na natureza de maneira muito diferente daquela que visualmente se apresenta na vida urbana cotidiana. Essa pessoa, com o tempo adquirirá uma consciência e um conhecimento do meio ambiente natural (e por extensão do cultural) convertendo-se assim em alguém genuinamente envolvido nos temas conservacionistas (CEBALLOS-LASCURAIN, 1983 *apud* DIAS, 2003, p. 109).

Mundialmente, a zona costeira está sujeita a constantes modificações que visam, especialmente, o desenvolvimento urbano. Dentre estas, estão aquelas ligadas ao setor turístico. Na história do Estado do Ceará, como em outros estados litorâneos do país, o turismo tem contribuído com a expansão urbana de forma desordenada, resultando em diversas problemáticas socioambientais. Dentre os principais problemas, estão a ocupação e privatização de áreas públicas e a degradação de ambientes naturais, que contribuem indiretamente com o agravamento das diferenças sociais.

Antes da introdução do turismo, a zona costeira cearense era caracterizada por atividades voltadas para a subsistência da população local. Estas incluíam a pesca, o extrativismo vegetal/animal e a agricultura de pequeno porte. Com a chegada do turismo, as comunidades costeiras passaram a sofrer grandes transformações.

É bem verdade que, no final da década de 1980, o Ceará intensificara o uso do litoral com as segundas residências já experimentadas nas grandes metrópoles brasileiras desde 1960, e só na década de 1990, a onda do turismo de sol e praia instalava-se no seu litoral. As segundas residências, que caracterizam o veraneio, o lazer local e não o turismo; foram as primeiras responsáveis pelos atritos na apropriação da terra no litoral cearense, com a forte especulação imobiliária dominando as principais áreas, que, na década de 1990, associaram-se à onda do turismo, de aumento dos fluxos e ampliação dos espaços, sobretudo os mais bem situados, com paisagens consideradas cênicas e mais preservadas e originais, em contrapartida de maiores valores. Na década de 1990, diversas comunidades litorâneas foram destinadas à implantação dos meios de hospedagens aos turistas – hotéis e resorts e pousadas, além de equipamentos para lazer como parques temáticos (CORIOLANO, 2003, p. 115).

Tal situação é observada especialmente em Jericoacoara, local de estudo da presente pesquisa. O potencial turístico de Jericoacoara começou a atrair, a partir das décadas de 1970 e 1980, imigrantes de todos os cantos do mundo. Logo, consolidaram-se no local, e contribuíram, pouco a pouco, no desenvolvimento da Vila. O fluxo de turistas aumenta a cada ano na região. Em dezembro de 2016, Jijoca de Jericoacoara ganhou o prêmio Travelers' Choice - Destinos em alta, promovido pelo site de planejamento de viagens TripAdvisor, como melhor destino turístico da América do Sul, e o terceiro do mundo. Com a inauguração do aeroporto de Jijoca, em junho de 2017, a tendência é que o crescimento no turismo seja ainda maior. Estão previstos, de início, voos regulares por duas companhias aéreas.

Em função desse aporte exponencial de turistas, Jericoacoara encontra-se em constante mudança. Em uma escala de tempo de poucos anos (por exemplo, dois ou três), já é possível notar diferenças no ambiente. Esse rápido e intenso desenvolvimento reflete uma tentativa de se acompanhar o aumento da demanda do turismo na região. Sendo assim, a consolidação das atividades turísticas vem gerando em Jericoacoara sérios problemas sociais e ambientais. Estes problemas logo resultam em um enfraquecimento da cultura local e fragmentação social.

Ao olhar crítico, Jericoacoara encontra-se saturada, sendo de extrema urgência um novo planejamento turístico para o local. Nesse contexto, o presente trabalho procurou identificar e analisar alguns problemas relacionados à atividade turística, através da percepção e consciência de moradores e turistas em relação ao espaço do Parque Nacional e da Vila de Jericoacoara sob o ponto de vista ambiental, social e turístico, a fim de apresentar o Ecoturismo como possível alternativa para o ordenamento dessas atividades.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, juntamente com a Organização Mundial do Turismo (OMT), declararam 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável. A adoção se deve “à importância do turismo internacional e, em particular, a designação de um ano internacional de turismo sustentável para o desenvolvimento, para promover uma melhor compreensão entre os povos em todo o mundo, levando a uma maior conscientização sobre o rico patrimônio das diversas

civilizações”².

Nessa perspectiva, a região de Jericoacoara possui características e potenciais sociais e ambientais que justifiquem a implementação da atividade turística de forma sustentável. Portanto, a relevância do Ecoturismo em Jericoacoara se dá pela preocupação, diferentemente de outros segmentos do turismo, não somente com o crescimento da economia, mas especialmente com a conservação dos ecossistemas naturais da área e com a manutenção das questões sociais, através do fortalecimento da participação de toda a comunidade. Bem estabelecido, o Ecoturismo resulta ainda na valorização e preservação do patrimônio e da Educação Ambiental da região.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 O turismo e o desenvolvimento sustentável

a. Alguns aspectos sobre o conceito de desenvolvimento sustentável

É fato que a crescente atividade econômica mundial, desde os primeiros registros na história, sempre gerou impactos sociais e ambientais. Entretanto, levaram-se muitos anos para que a bandeira da importância sobre a preservação do meio ambiente fosse realmente levantada. As últimas décadas foram marcadas, nacional e internacionalmente, pelo crescente número de discussões a respeito de medidas efetivas que garantam uma melhor qualidade de vida para todos.

Essa necessidade de se considerar os riscos ambientais e as consequências para a vida humana diante das fortes atividades econômicas mundiais resultou na procura por modelos de desenvolvimento que trouxessem um equilíbrio entre o crescimento econômico mundial e a preservação do meio ambiente. Isto culminou, em 1972, na Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Esta conferência reuniu 113 países em uma das primeiras tentativas de se conscientizar o mundo sobre a necessidade da busca por novas perspectivas. Isto criou as bases do que viria a ser conhecido como ‘desenvolvimento sustentável’.

O III Relatório do Clube de Roma: Para uma Nova Ordem Mundial, publicado em 1976, já afirmava que “muito antes de esgotarmos os limites físicos do nosso planeta, ocorrerão graves convulsões sociais provocadas pelo grande

²Specialized agency of The United Nations - World Tourism Organization UNWTO. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/tourism4development2017>>. Acessado em: fevereiro de 2017.

desnível existente entre a renda dos países ricos e dos países pobres”. Ainda na década de 1970, surgiram as primeiras organizações não governamentais de caráter ecológico e outras grandes organizações internacionais. Exemplos incluem a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Fundação Mundial para a Vida Selvagem (WWF), Green Peace e a Earth First (RODRIGUEZ & DA SILVA, 2016).

Em 1986, a Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, a Conferência de Ottawa, aprovou a Carta de Ottawa. Este documento afirma que um ecossistema saudável e o uso sustentável dos recursos naturais são dois dos pré-requisitos para se garantir a melhoria da saúde e assegurar o bem estar da população. Porém, foi apenas no ano seguinte, com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, presidida pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, que o termo desenvolvimento sustentável foi realmente popularizado. O Relatório de Brundtland, de 1987, e intitulado ‘Nosso Futuro Comum’, destacou o desafio de conciliar a demanda humana com a manutenção de recursos naturais, entre eles a água e o solo.

A definição de desenvolvimento sustentável proposta pelo Relatório é, ainda hoje, a mais aceita e citada, sendo ela “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”.

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (BRUNDTLAND, 1991).

Essa concepção determina que, para que sejam atendidos o crescimento e a eficiência econômica e asseguradas as necessidades básicas da população e da manutenção de suas culturas, a preservação do meio ambiente e de seus recursos deve ser tratada como parte essencial do processo de desenvolvimento. Dessa forma, “o desenvolvimento econômico e social deveria ser ecológico e ambientalmente sustentável, garantindo a sua própria sustentabilidade” (GONZALES, 1994 apud RODRIGUEZ & DA SILVA, 2016, p.58). Com isso, o Relatório trouxe, então, os três princípios básicos da sustentabilidade: o econômico, o social e o ambiental. Apesar da crescente evolução sobre o conceito do

desenvolvimento sustentável, o tripé da sustentabilidade, “ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo”, ainda é o mais aceito e utilizado. Entretanto, muitos debates incluem, hoje, o termo “culturalmente diverso”.

Outro marco na busca pelo desenvolvimento sustentável aconteceu em 1992, através da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio 92. Neste evento, foi acordada e assinada a Agenda 21. A Agenda 21 é um documento que constitui a maior tentativa já realizada de se promover a sustentabilidade ambiental nos processos de desenvolvimento em todo o mundo. A agenda é, basicamente, um instrumento de planejamento e gestão de uma sociedade sustentável que reúne os conceitos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Além da Agenda 21, a Rio 92 deu início à criação de outro importante documento, a Carta da Terra. O processo de redação da Carta contou com a participação de milhares de pessoas e centenas de organizações em todo o mundo e foi moldada por especialistas e representantes de comunidades populares. A versão final da Carta foi aprovada pela UNESCO, em Paris, em 2000, tendo sido lançada no mesmo ano no Palácio da Paz, em Haia. A Carta estabelece quatro princípios: (1) Respeitar e cuidar da comunidade da vida; (2) integridade ecológica; (3) justiça social e econômica; e (4) democracia, não violência e paz.

[...] Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações” (A CARTA DA TERRA, 2000, p.1)

Dez anos após a Rio 92, foi realizada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, África do Sul. O objetivo era transformar as metas, promessas e compromissos da Agenda 21 em ações concretas. Mais recentemente, em 2015, foi realizada, em Nova York, a Cúpula das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável. Esta conferência reuniu mais de 150 líderes mundiais. Como produto, a Cúpula das Nações Unidas resultou em

uma nova agenda de compromissos para o desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030. Os 17 objetivos e 169 metas definidos na Agenda 2030 (p.1)

[...] levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e procuram obter avanços nas metas não alcançadas. Buscam assegurar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Em retrospectiva, pode-se afirmar que a construção da ideia de desenvolvimento teve, então, quatro importantes fases:

- i) A fase de preocupação com a problemática ambiental;
- ii) A fase de conceitualização do termo;
- iii) A fase de institucionalização do termo;
- iv) A fase de politização da problemática com o surgimento de novas concepções de desenvolvimento sustentável e de movimentos ambientais. (RODRIGUEZ & DA SILVA, 2016, p.59).

b. Alguns aspectos do turismo

O turismo é uma atividade que está em constante desenvolvimento e é considerado uma das atividades econômicas mais lucrativas e promissoras do mundo. Em 2014, por exemplo, o setor do turismo mundial movimentou mais de US\$ 1 trilhão no ano de 2014. No Brasil, o turismo representava aproximadamente 3,6% do PIB (Produto Interno Bruto) do país em 2015, gerando renda, direta e indiretamente, para mais de 10 milhões de pessoas. E em 2016, o impacto pode ter sido ainda maior. Isto por conta da realização dos Jogos Olímpicos. Estima-se que, para este evento, o Brasil tenha recebido cerca de 6,6 milhões de visitantes estrangeiros, número recorde, resultando em cerca de US\$ 6,2 bilhões na economia nacional³.

O turismo possui caráter interdisciplinar, sendo constituído e discutido por diversas áreas. Estas áreas incluem, pelo menos, geografia, história, sociologia, antropologia, ciências ambientais, e a oceanografia, como nesse caso. Essa característica do turismo o torna, portanto, complexo de defini-lo. Embora não haja

³Dados fornecidos pela Embratur e pelo Ministério do Turismo. Disponíveis em: <http://www.embratur.gov.br/piembraturnew/opencms/salaImprensa/artigos/arquivos/Turismo_contribui_com_9_do_PIB_mundial.html> <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_11_09_2012.pdf>. Acessados em dezembro de 2016.

um conceito único do que seja 'turismo', a Organização Mundial do Turismo (UNWTO/OMT), em 1991, define-o como "atividades desenvolvidas por pessoas durante suas viagens e permanência em locais situados fora do seu enquadramento habitual por um período consecutivo inferior a um ano, e com fins recreativos, de negócios e outros".

Essa definição é adotada também pela lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. A referida lei dispõe sobre a Política Nacional de Turismo (Art. 2º) e estabelece que "Considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras" (BRASIL, 2008).

O setor turístico pode ser dividido em diversos segmentos, que vão de acordo com a característica e finalidade das atividades praticadas. Para o Ministério do Turismo (2006), "a segmentação é (...) uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado (...) e pode ser estabelecida a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda".

Seguindo-se essa definição, o turismo brasileiro é então dividido nas seguintes categorias: (1) Turismo Social; (2) Turismo Cultural; (3) Turismo de Estudos e Intercâmbio; (4) Turismo de Esportes; (5) Turismo de Pesca; (6) Turismo Náutico; (7) Turismo de Aventura; (8) Turismo de Sol e Praia; (9) Turismo de Negócios e Eventos; (10) Turismo Rural; (11) Turismo de Saúde; e (12) Ecoturismo.

c. A sustentabilidade e o planejamento turístico – o turismo de natureza

A temática ambiental vem conquistando cada vez mais destaque e espaço dentro dos considerados problemas mundiais da atualidade. Globalmente, assuntos como as variações climáticas, a redução da camada de ozônio e o efeito estufa, a produção de resíduos sólidos, dentre outros, se tornaram comuns em discussões e debates. A razão dessa atual notoriedade do tema 'meio ambiente' se deve, principalmente, ao fato do planeta estar sendo afetado pelo crescimento desordenado das atividades econômicas humanas em uma escala mundial. Dessa forma, debate-se hoje, essencialmente, a forma em que a sociedade vem se apropriando da natureza e de seus recursos.

Para muitos setores da economia, a natureza ainda é encarada como uma fonte de recursos e experiências a serem explorados indiscriminadamente. Esta exploração indiscriminada é, em geral, realizada em total detrimento de populações associadas, que não veem suas necessidades básicas serem atendidas. Dentre as formas de uso inadequado do meio ambiente para geração de renda, encontra-se a atividade turística, ou o turismo.

Nessa temática, incluiu-se a busca por formas alternativas para prática do turismo. Para Santos e Teixeira (2008, p.3) “O turismo constitui-se uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável à medida que potencializa as chamadas vocações regionais, promove a utilização de recursos naturais e culturais, dinamiza e integra setores da economia local e regional”

O turismo sustentável, portanto, não é visto apenas como uma alternativa para se conter os impactos negativos do setor turístico. Na verdade, o turismo sustentável é visto como uma forma de gerar benefícios econômicos e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento local. Além disso, o turismo sustentável incentiva a responsabilidade de proteção da natureza. Dessa forma, o turismo sustentável em uma determinada região tem o potencial de responder à demanda turística do local e assegurar que essa atividade possa ter continuidade ao longo das futuras gerações.

Incentivar e praticar o turismo de forma sustentável é, porém, um grande desafio. Isto porque colocar em prática um turismo sustentável requer a mesma atenção para com aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Conciliar todos esses quatro aspectos é algo complexo. No entanto, de um certo modo, pode-se citar dois principais fatores que fortalecem a busca por um turismo sustentável em uma dada região. São eles: A saturação do turismo em massa e a tendência mundial sobre a temática ambiental. Surgiram com isso, diversos outros segmentos que procuram desenvolver o turismo sustentável. Um destes segmentos é o chamado ‘turismo de natureza’.

O turismo de natureza vem se destacando como um fenômeno na indústria do turismo. Esta é uma modalidade tem se desenvolvido em um ritmo mais acelerado do que o turismo em geral. Este rápido desenvolvimento se deve a lei de mercado. Atualmente, atrações de áreas naturais e de suas culturas locais associadas, juntamente com suas atividades turísticas, recreativas e de lazer,

contribuem em quase metade do atributo econômico do setor de viagens e turismo. O rápido desenvolvimento deste tipo de turismo tem resultado, direta ou indiretamente, em importantes consequências sociais, econômicas e ambientais (MEHMETOGLU, 2007; BUCKLEY, 2009).

O turismo como vem sendo praticado atualmente é considerado, então, como um forte consumidor da natureza e de sua evolução, estimulado também pela intensa vontade de “fuga” dos ambientes caóticos e da rotina intensa, e da procura por ambientes tranquilos e com aspectos naturais relevantes (RUSCHMANN, 2008). O turismo voltado para a natureza, se feito de forma eficiente e promovido de forma responsável, pode garantir a proteção e o desenvolvimento dos espaços naturais. Isto pode ocorrer em função da motivação do mercado turístico ou pela atitude mais consciente dos viajantes. Surge dentro dessa realidade o Ecoturismo, como forma de promover a verdadeira valorização do conceito ‘eco’ dentro do setor turístico.

2.2 O Ecoturismo

O Ecoturismo é o ramo do turismo que se apresenta como melhor alternativa de um desenvolvimento sustentável, propiciando o uso racional dos recursos naturais, sem comprometer a sua preservação e sua capacidade de renovação (EMBRATUR, 1994). Para Western (2001), o ecoturismo é:

Mais do que uma pequena elite de amantes da natureza. É, na verdade, uma amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social.

As origens do Ecoturismo não são totalmente conhecidas. Fennell (1997) destaca Hetzer (1965) como um dos pioneiros no assunto, onde ele identifica quatro características fundamentais a serem seguidas pelo turismo alternativo e responsável, são elas: "(1) impacto ambiental mínimo; (2) impacto mínimo às culturas anfitriãs; (3) máximos benefícios econômicos para as comunidades do país anfitrião; e (4) satisfação "recreacional" máxima para os turistas participantes" (*apud* FENNELL, 1997, p.233)

Posteriormente, o conceito de Ecoturismo foi revisado e oficializado, sendo definido como a modalidade turística ambientalmente responsável, que consiste em viajar a, ou visitar áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o fim de desfrutar, apreciar e estudar os atrativos naturais (paisagem, flora e sua fauna silvestres) dessas áreas, assim como, qualquer manifestação cultural (do

presente ou do passado) que ali possa encontrar, através de um processo que promove a conservação, tem baixo impacto negativo ambiental e cultural e propicia um envolvimento ativo e socioeconomicamente benéfico das populações locais (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996, p. 26).

Seguindo uma linha semelhante de interpretação, a Sociedade Internacional do Turismo (TIES, 2015) define o ecoturismo como “viagem responsável para áreas naturais que conservem o meio ambiente, assegurando o bem-estar das populações locais, e envolvendo a interpretação e a educação”. Segundo a TIES (2015), a base para garantir a efetividade do ecoturismo é a relação entre a conservação, a comunidade local e o turista. Uma vez estabelecida essa base, tem-se um maior entendimento e apreciação da natureza, da sociedade local e da cultura. Dessa forma, o ecoturismo reforça tanto a conservação da natureza quanto a preocupação com a economia local e a responsabilidade social - responsabilidade essa que deve ser também defendida e assumida pelo próprio viajante.

No Brasil, o termo foi introduzido no final da década de 1980. Isto acompanhava, na época, uma tendência mundial de valorização do meio ambiente. A Embratur (1994, p.19) define ecoturismo como

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

O Ecoturismo busca, dessa forma, promover a conservação ambiental de forma a garantir a proteção da comunidade e incentivar o desenvolvimento econômico local. Para alcançar esse objetivo básico, é preciso que o plano do Ecoturismo seja integrado entre as comunidades e as autoridades locais. Assim, devem ser considerados, além da proteção ambiental, as necessidades coletivas, respeitando-se os limites aceitáveis de mudança social e ambiental.

Ceballos-Lascuráin (2002) defende que:

O ecoturismo, como componente essencial de um desenvolvimento sustentável, requer uma abordagem multidisciplinar, um planejamento cuidadoso (tanto físico como gerencial) e diretrizes e regulamentos rígidos, que garantam um funcionamento estável. Somente através de um sistema intersetorial, o ecoturismo

poderá, de fato, alcançar seus objetivos (LINDBERG; HAWKINS, 2002, p. 26).

A participação da comunidade tradicional é de extrema importância nesse processo. Dessa forma, o Ecoturismo é visto como uma ferramenta de inclusão da população local. Para Mendonça (1996)

Assim uma população pode participar da economia do turismo, estar em contato com os visitantes e até melhorar sua qualidade de vida, sem dissolver-se como cultura. Mas isso só será possível se participar ativa e não passivamente do processo. Ela precisa estar consciente e desejosa dessa transformação e participar com igualdade em relação aos novos participantes, aos que vêm de fora, que são os turistas e os investidores (p.23).

O turismo é uma forte atividade econômica. Nesse segmento, o Ecoturismo, muitas vezes, acaba por ser utilizado de forma indevida. Isto se deve a uma mercantilização do conceito “eco”, como forma mais atrativa de vender o produto. Dessa forma, o planejamento do Ecoturismo deve ser realizado de forma eficiente e responsável, sem perder o seu fundamento, e procurando minimizar os impactos negativos locais e regionais de suas atividades. Portanto, o planejamento do Ecoturismo em determinado local deve procurar, basicamente:

- Minimizar os impactos físicos, sociais, comportamentais e psicológicos
- Garantir o bem-estar da população local;
- Construir conscientização e respeito ambiental e cultural;
- Incluir uma experiência de interpretação / aprendizagem que ajudem a aumentar entre os visitantes a sensibilidade aos climas políticos, ambientais e sociais dos países anfitriões;
- Envolver ações responsáveis por parte dos turistas e da própria indústria do turismo;
- Gerar benefícios financeiros tanto para as populações locais como para a indústria privada;
- Fornecer experiências positivas para os visitantes e anfitriões;
- Requerer o menor consumo possível de recursos não renováveis;
- Destacar a participação local, a apropriação e as oportunidades de negócios, em particular para as populações rurais.
- Projetar, construir e operar instalações de baixo impacto;

- Reconhecer os direitos e crenças espirituais dos Povos Indígenas em sua comunidade e trabalhar em parceria com eles (TIES, 2015; WOOD, 2002).

a. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

As primeiras unidades de conservação do mundo foram implementadas nos Estados Unidos. O Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, foi o primeiro parque nacional do mundo, se tornando um marco na história mundial de áreas protegidas. Poucos anos depois, em 1890, no mesmo país, foi criado o Parque Nacional de Yosemite. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, garante que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”

Ainda de acordo com o este artigo, cabe ao poder público:

[..] I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético (BRASIL, 1988).

A partir disso, foi instituído, portanto, em julho de 2000, pela Lei 9.985, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O SNUC é um conjunto de unidades de conservação (UCs) de esferas federais, estaduais e municipais. Esse sistema estabeleceu mecanismos que potencializem o papel das UCs. O SNUC regulamentou a participação da sociedade nas UCs, fortalecendo a relação entre o Estado, a comunidade e o meio ambiente. O SNUC é dividido em dois grupos, compostos por 12 categorias no total e cujos objetivos específicos se diferenciam em relação a forma de proteção e de uso permitido. As UCs constituem, dessa forma o

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Sendo divididas em:

- Unidade de Conservação de Proteção Integral: “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”;

- Unidade de Conservação de Uso Sustentável: “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (BRASIL, 2000).

Diante à rápida expansão territorial brasileira e a forte pressão econômica, o controle sobre o uso intensivo e indevido de terras de relevância ecológica, em detrimento dos recursos naturais e da diversidade biológica, se tornou um desafio. Dessa forma, as UCs vêm se destacando no âmbito de proteção e da recuperação desses ambientes. Entretanto, as áreas protegidas brasileiras, principalmente as de uso indireto, como os Parques Nacionais, encontram-se em constante crise, principalmente por falta de recursos financeiros e dificuldade de gestão .

- Gestão das UCs

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - foi criado em 22 de fevereiro de 1989, pela Lei nº 7.735, com o intuito de executar toda a política relacionada ao meio ambiente no país, incluindo a gestão das áreas protegidas. Porém, no ano de 2007, os setores do IBAMA que eram responsáveis pela gestão das UCs foram separados do órgão e deram origem ao ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516.

Hoje, tanto o IBAMA quanto o ICMBio são autarquias vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente e integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). O ICMBio é responsável pela gestão e fiscalização das unidades de conservação federais, enquanto que o IBAMA é responsável pela fiscalização e pelos licenciamentos ambientais em âmbito federal.

- O Plano de Manejo

Estabelecer a criação de uma unidade de conservação, apesar da obrigação legal, não é garantia de conservação e manutenção dos ecossistemas e seus recursos. Visto a dificuldade de se gerir uma UC e de minimizar os impactos negativos da atividade turística nessas áreas, é necessária a implantação de métodos de planejamento, gestão e controle de impactos. Uma dessas

metodologias, considerada essencial e obrigatória para unidades de proteção, é o Plano de Manejo. Para o SNUC, o plano de manejo é o instrumento oficial de gestão e uso sustentável das UCs. Todas as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, que “deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” (BRASIL, 2000). Além disso, cabe destacar os seguintes parágrafos da mesma lei (Lei n^o 9.985):

§ 2^o Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

§ 3^o O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação (Art. 27).

O manejo adequado de uma UC consiste em elaborar e compreender todo o conjunto de medidas necessárias para gerir a unidade. Para isso, deve-se levar em consideração não só a conservação da natureza e dos recursos naturais, mas também as demandas e o bem-estar da população local. Conciliar os diferentes tipos de uso e todos esses aspectos é o que torna a execução tão desafiadora aos administradores das áreas protegidas.

b. O Ecoturismo em áreas protegidas

A criação de parques nacionais e outras categorias de áreas naturais protegidas tem sido uma importante estratégia de conservação do meio ambiente, especialmente em países em desenvolvimento, tendo como principal propósito preservar espaços com consideráveis atributos ecológicos (DIEGUES, 1997).

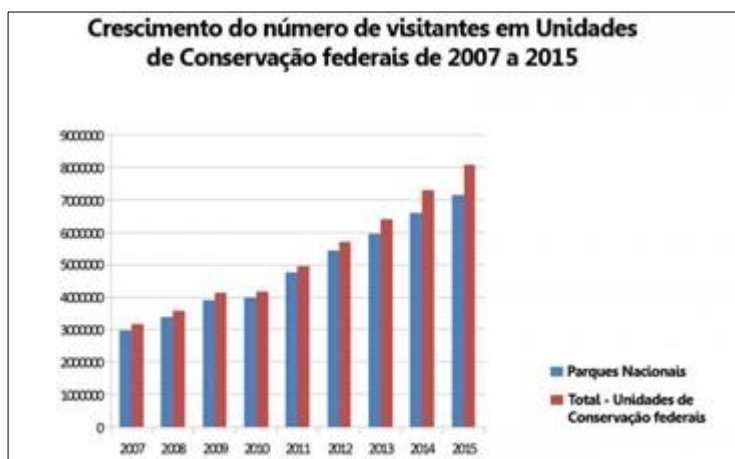
A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) define como área protegida “uma área de terra e/ou mar que seja especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica, bem como dos recursos naturais e culturais associados, e gerenciado através de meios legais ou de outros meios efetivos”.

Dessa forma, as áreas protegidas desempenham papel essencial no setor ecoturístico, que é baseado primeiramente em atrações naturais (LAWTON, 2001).

De acordo com LIMA (2003), o ecoturismo vem sendo reforçado pelo espírito aventureiro, juntamente com a oferta de produtos turísticos e a imagem de meio ambiente preservado ou pouco alterado, além de ser o segmento turístico mais indicado para quem deseja sair do cotidiano e experimentar novas paisagens. As áreas naturais, principalmente as protegidas legalmente, com sua paisagem, fauna e flora, e juntamente com os aspectos culturais locais, representam atraentes opções turísticas (CEBALLOS-LASCURAIN, 2002).

No Brasil, por exemplo, o número de visitação em unidades de conservação aumentou mais de 300% em 10 anos. De acordo com dados da ICMbio, o número subiu de 1,9 milhão para 8 milhões do ano de 2006 para o de 2015 (FIGURA 1). Dentre esses números, cerca de 7,2 milhões correspondem à Parques Nacionais.

Gráfico 1. Gráfico indicando o número de visitas a Unidades de Conservação, com destaque nos Parques Nacionais, entre os anos de 2007 e 2015.



Fonte: ICMbio. Disponível em http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Dados_de_visita%C3%A7%C3%A3o_DCOM.pdf. Acessado em dezembro de 2016.

O turismo em áreas protegidas pode representar uma importante alternativa econômica para as comunidades locais e para a própria área protegida, tanto pelo gasto direto do turista quanto pelas oportunidades de emprego geradas. Além disso, problemas comuns em áreas protegidas, como a falta de verba e de mão de obra especializada, especialmente em países não desenvolvidos, poderiam ser solucionados através de mecanismos que direcionassem corretamente o dinheiro gasto no turismo dentro dessas unidades de conservação. Problemas como esses colocam em risco a conservação de áreas protegidas e a utilização dos

benefícios do ecoturismo ajudariam consideravelmente a minimizar os impactos negativos (WEARING & NEIL 2001; CEBALLOS-LASCURAIN, 2002; BOO, 2002).

Para isto, é necessário que sejam aplicadas ferramentas de gestão para uso público e métodos de manejo para a área em questão. Entretanto, existe uma grande preocupação com a administração das áreas protegidas em todo o mundo. Boo (2002) já descrevia essa situação

[...]As áreas protegidas do mundo todo têm recebido um fluxo cada vez maior de visitantes. Esse fluxo tem aumentado drasticamente [...] e muitas dessas áreas não estão preparadas para o turismo. Elas estão a cargo de pessoas sem treinamento em gestão de turismo.

Porém, além da importância de uma boa gestão, a comunidade e os grupos de viajantes também devem estar dispostos a contribuir nesse processo, garantindo a proteção dessas áreas e o respeito aos aspectos sociais e culturais do local. Vê-se, então, a promoção da educação ambiental e da conscientização ambiental como ferramenta essencial para o bom resultado do planejamento ecoturístico. Boo (2002) considera essas duas como benefícios potenciais do ecoturismo, juntamente com a geração de receita para as áreas protegidas e criação de empregos para a comunidade.

2.3 Jericoacoara

Apesar de Jericoacoara ter se tornado um destino turístico apenas na década de 70, os relatos da descoberta do local começaram a ser feitos bastante tempo antes. A localidade já aparecia nas cartas náuticas do século XVI com a denominação “baía das tartarugas” ou “enseada das tartarugas” (ORJUBIN, 2007; ICMBIO, 2011). A origem do nome Jericoacoara, entretanto, é bastante controversa. Em outras cartas, Jeri aparece denominada por Buraco das Tartarugas ou Iuracoaquara.

Figura 1. Mapa do Ceará de 1629. Jericoacoara aparece como Buraco das Tartarugas ou Iuracoaquara. Imagem do "Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará" representando apenas uma área litoral do Ceará.



Fonte: Albernaz I, João Teixeira, - Arquivo digital da Biblioteca Nacional.

Em 1613, os portugueses que iam rumo ao norte do Ceará tentaram ocupar a região de Camocim, entretanto foram surpreendidos pela seca e miséria do local. Foi quando migraram, possivelmente, para as terras que hoje são Jericoacoara.

Após o embate às margens do rio Curu, Pinzón e seus homens decidiram partir, seguindo a linha da costa, no rumo do noroeste. No dia seguinte ao combate, vislumbraram outro acidente geográfico no litoral brasileiro. Era uma ponta arenosa, tão formosa e bem-feita que se assemelhava a ‘um vermelho bico de cisne mergulhando no oceano’. Decidiram chamá-la de ‘RostroHermoso’ (ou ‘Face Linda’). Provavelmente tratava-se da ponta de Jericoacoara – cuja beleza hoje atrai turistas de todo o mundo. Ali, Pinzón mandou fincar uma cruz com os brasões da Coroa de Castela e seguiu em frente, acompanhando os caprichosos contornos do litoral (BUENOS, 1998 *apud* FONTELES, 2005, p.48).

Antes do início das atividades turísticas na região, Jericoacoara era formada apenas por uma comunidade pesqueira. Fonteles (2005, p.48) relata que durante muitos anos, devido à pouca relação com comunidades vizinhas, Jericoacoara se consolidou como um ambiente minimamente transformado, onde se estabeleciam formas de “intercâmbio tradicional entre sociedade e natureza”, resultando em uma região de “experiências de produção e de consumo rudimentares”. Lima e Silva (2004, p.36) também afirmam que “os nativos só conheciam a pesca, o companheirismo, a vida pacata e calma, os valores e os costumes, sabendo e conhecendo o valor do uso do ambiente natural que os rodeava”.

A grande quantidade de dunas cercado a enseada de Jericoacoara

dificultou por muito tempo o acesso à região. A comunidade local permanecia, então, quase que isolada. Com a ausência de infraestrutura urbana e de veículos de transporte, os moradores utilizavam lampiões para iluminação e se deslocavam a pé ou com auxílio de animais.

As atividades turísticas na região começaram na década de 70, e se fortaleceram nos anos 80, coincidentemente com um período de crise na atividade pesqueira da região (FONTELES, 2005; ORJUBIN, 2007). Orjubin (2007) descreve os turistas da época como ‘os primeiros mochileiros’. De início, os viajantes eram atraídos por uma vila pacata, formada por uma comunidade de pescadores, de belezas naturais indescritíveis. Aos poucos a Vila foi se tornando conhecida e crescentemente procurada por aqueles grupos que buscavam maior contato com ambientais naturais e com o estilo de vida da comunidade nativa. De início, a única forma de hospedagem eram as casas dos próprios moradores (ICMBIO, 2011). Segundo relatos de moradores antigos, somente no fim da década de 90, a Vila recebeu, então, a energia elétrica. Hoje, o abastecimento de energia é subterrâneo, não havendo, portanto, postes de energia.

Pouco a pouco, Jericoacoara foi virando destaque entre os destinos turísticos mais procurados do Brasil e, logo, ganhou fama internacional. Em 1994, foi eleita como uma das 10 praias mais belas do mundo pelo Washington Post Magazine.

Entretanto, o crescimento turístico em Jericoacoara e a consolidação das atividades econômicas, como bares, restaurantes, pousadas e lojas, começaram a alterar a vida pacata do local. As mudanças foram dramáticas, refletidas nas “formas de trabalho e de ocupação, na posse e uso do solo, no consumo de drogas e na incorporação de novas referências culturais” (FONTELES, 2005). A população nativa em geral ficou à margem do desenvolvimento da Vila. A supervalorização da terra em decorrência da especulação imobiliária resultou na fragmentação da comunidade. Como resultado, muitos moradores nativos venderam suas terras e passaram a se instalar em uma área periférica da Vila. Outros se mudaram para regiões próximas, como Jijoca. Para Mendonça (1996, p.6), na formação dos centros turísticos,

[...] a população nativa é frequentemente afastada de seu local de moradia e atividade de origem. Isto se dá das mais diversas formas, seja fisicamente, vendendo sua terra e deslocando-se para outro lugar; seja participando, informal e marginalmente, da

economia; seja menosprezando seus próprios valores culturais e submetendo-se aos novos trazidos pelos turistas.

Com os crescentes problemas na região, viu-se a necessidade de transformar Jericoacoara em uma Unidade de Conservação (UC). A Área de Proteção Ambiental – APA foi então estabelecida através do Decreto nº90.379, no dia 29 de outubro de 1984. A APA está no grupo de Unidades Sustentáveis da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto Nº 4.940, de 22 de agosto de 2002 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (FONTELES, 2005; MEREILES *et al.*, 2011; BRASIL, 2002, 2007). A criação da APA garantia a proteção e a preservação dos recursos da região local, sendo proibido a caça e a pesca predatória. Também não era permitido a construção de estradas e edificações, apenas dentro da Vila, e com altura máxima de sete metros e meio de altura.

Em fevereiro de 2002, entretanto, com a recategorização da APA, foi criado o Parque Nacional de Jericoacoara, com uma área de 8.416 hectares. O polígono que constitui o Parque teve seus limites redefinidos em junho de 2007. A área terrestre que corresponde ao Parque está situada dentro dos municípios de Jijoca de Jericoacoara (82,8%) e Cruz (17,2%). A Vila de Jericoacoara, porém, está fora dos limites do Parque.

Hoje, Jericoacoara é um polo turístico destinado a atender diferentes tipos de público. A paisagem natural hoje se contrasta com o crescimento do turismo. O vilarejo de pescadores agora é um centro de atividades econômicas, e a simplicidade das antigas construções deram lugar a grandes edificações. De todo modo, Jericoacoara ainda encanta os olhos de quem chega, e suas peculiaridades o tornam um local especial e inesquecível para quem o conhece.

Figura 2. A “Rua principal” da Vila na década de 80.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 3. A extensa faixa de vegetação na linha de praia na década de 80, sem sinais de ocupação.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 4. A Duna do Pôr do Sol em diferentes épocas. A esquerda, em outubro de 2106 e a direita, na década de 80. Na imagem da direita, é possível ver os antigos “sítios” de coqueiros



Fonte: Arquivo Pessoal.

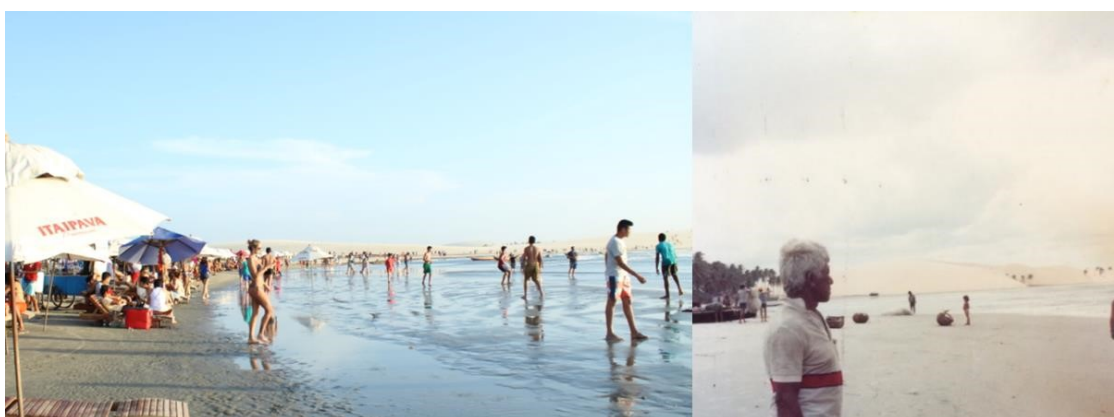


Figura 5. A praia sob o mesmo ângulo. A esquerda, em outubro de 2106 e a direita, na década de 80.

Fonte: Arquivo Pessoal.

3 OBJETIVOS

3.2 Objetivo geral

Utilizar a percepção e a consciência dos moradores e turistas em relação à Jericoacoara, sob o ponto de vista turístico, social e ambiental, como forma de se propor componentes para um ordenamento das atividades turísticas no local, seguindo-se as bases do Ecoturismo.

3.3 Objetivos específicos

- Analisar a percepção e a consciência ambiental dos moradores e turistas em relação à Vila de Jericoacoara e ao Parque Nacional de Jericoacoara;
- Identificar possíveis conflitos socioambientais por conta do crescimento turístico na região;
- Analisar a compreensão da existência de uma unidade de conservação (O Parque) por parte do morador e do turista;
- Investigar se há algum tipo de controle de veículos e pessoas que atravessam o Parque;
- Compreender a aceitação do morador com o turismo e se há reconhecimento dos benefícios gerados pela implementação do Parque;
- Identificar o potencial da região para o desenvolvimento do Ecoturismo;
- Propor componentes para elaboração de um planejamento ecoturístico.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Área de Estudo

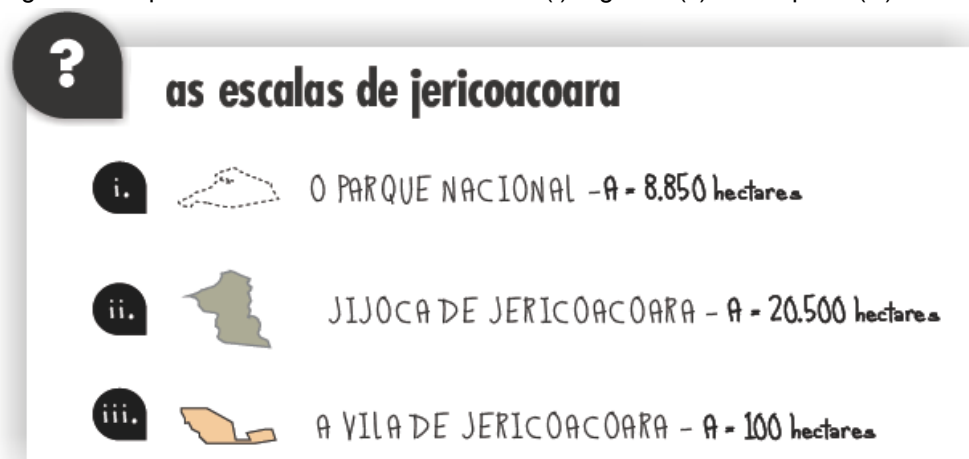
a. O estado do Ceará e o Distrito de Jericoacoara

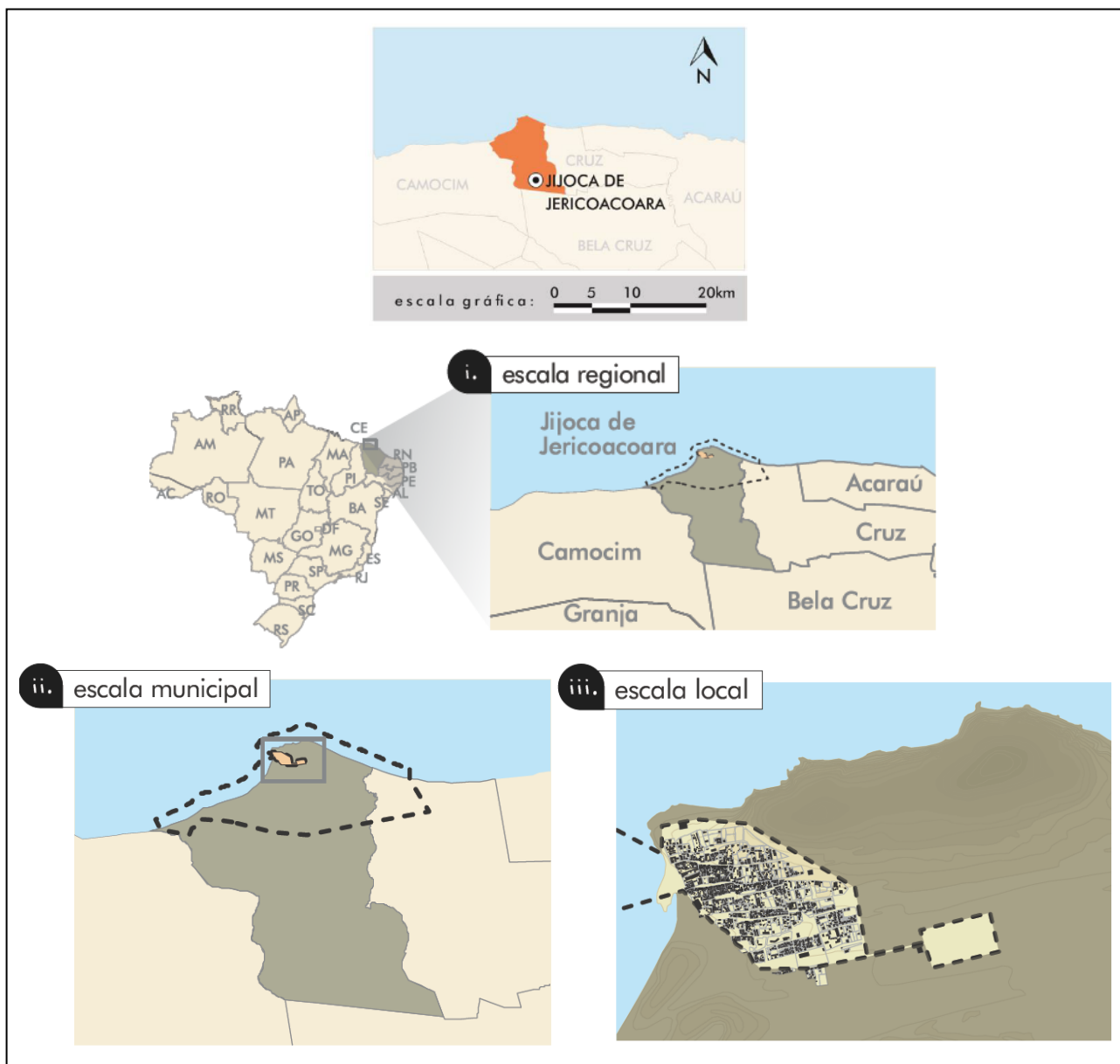
O estado do Ceará possui 573 km de extensão litorânea com fortes belezas cênicas e diversos atrativos turísticos. Dentre os locais de maior destaque, encontra-se Jericoacoara, distrito de Jijoca de Jericoacoara, situado a noroeste do Estado. Jericoacoara foi constituída como povoado e elevada à categoria de Distrito por Lei Municipal Nº 94, de 29 de junho de 1923.

Com coordenadas geográficas latitudes 2° 47' 37" e longitude 40° 30' 47", o distrito de Jericoacoara está situado no litoral oeste do Estado, a cerca de 313 km da capital Fortaleza e de 21 km da sede do município de Jijoca de Jericoacoara. Possui como limites os municípios de Cruz (a leste), Bela Cruz (a sul), Camocim (a oeste) e o Oceano Atlântico (ao norte) (ICMBIO, 2011). Jericoacoara constitui-se, essencialmente, de sua Vila e da área do Parque Nacional de Jericoacoara.

O acesso à Vila de Jericoacoara ainda é complicado. É preciso atravessar a poligonal do Parque, sendo as trilhas todas de areia. Dessa forma, o acesso é recomendado apenas para veículos tracionados, como as 4x4, jardineiras e bugues. Existem quatro acessos permitidos ao Parque, o da Vila do Preá (caminho alternativo principal com 5,4km), o pela trilha da Lagoa Grande ou trilha da Lagoa de Jijoca (acesso principal do Parque com quase 8km); o da Tatajuba/Guriú que é realizado através da trilha do Mangue Seco/Guriú (para quem vem do sentido de Camocim com 9km de) e pelo Mangue Seco que também é feito pela trilha do Mangue Seco/Guriú (com cerca de 6km) (ICMBIO, 2011).

Figura 6. Mapas de Jericoacoara nas escalas (i) regional (ii) municipal e (iii) local.





Fonte: Teófilo, 2016.

Trata-se de uma região de beleza natural e de características indiscutíveis, com paisagens de importantes valores cênicos, estéticos e econômicos, possuindo um dos ecossistemas mais ricos do litoral cearense. (LIMA E SILVA, 2004; FONTELES, 2000). Destacam-se, entre outros, as dunas fixas e móveis, as falésias, as lagoas interdunares, os coqueirais, as carnaúbas, e os manguezais. Seu clima é tropical quente semiárido brando e úmido, com chuvas entre dezembro e maio, e temperaturas que variam entre 26°C e 30°C (ICMBIO, 2011).

Figura 7. Acessos e trilhas ao Parque Nacional de Jericoacoara.

Teófilo,

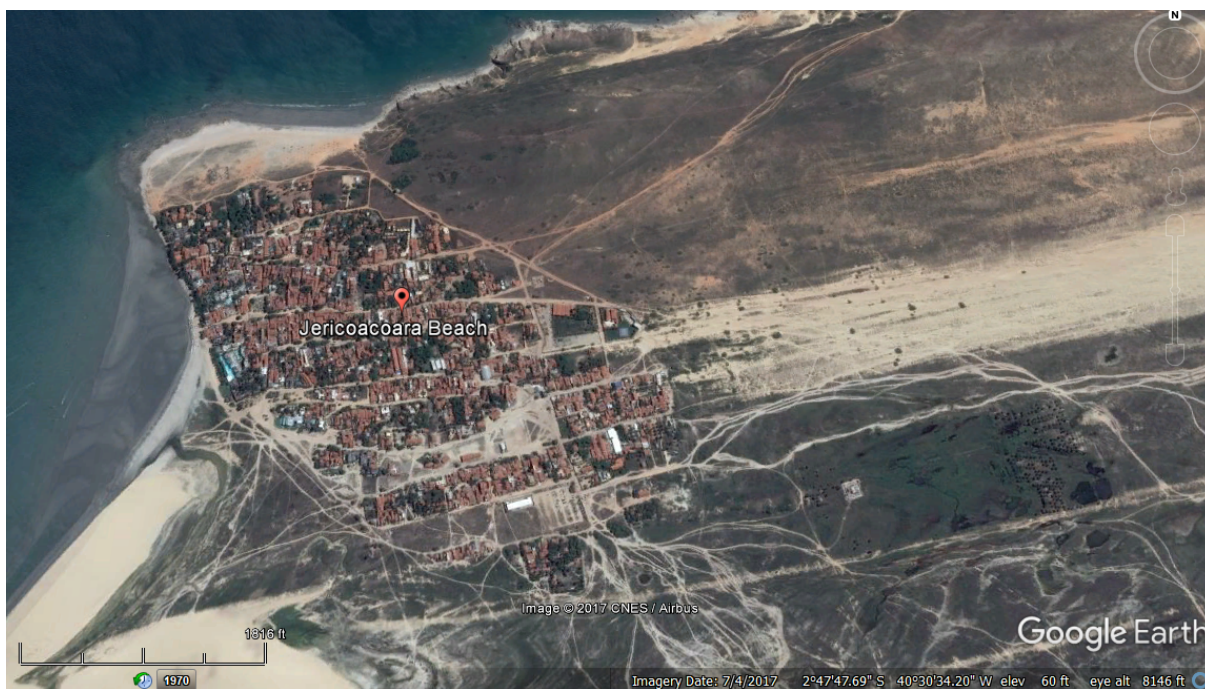


b. A Vila de Jericoacoara – Vila, Vila de Jeri ou Jeri

A Vila de Jericoacoara encontra-se inserida em forma de baía cercada pela área do Parque Nacional (FIGURA 8). Ao leste da Vila, estão presentes os campos de dunas móveis, como a Duna do Pôr do Sol, e, a oeste, o Serrote e a Praia da Malhada. A Vila é constituída por um conjunto de cenários variados, que vão desde o forte contato com a natureza ao intenso fluxo de atividades econômicas.

O censo demográfico mais recente para a região demonstra que aproximadamente 3.000 pessoas residem na Vila de Jericoacoara (ICMBIO, 2011). A população se divide entre os moradores fixos (nativos ou não) e os de curto período, ou população flutuante, que, após um tempo de experiência, partem para seu lugar de origem ou para outros locais. É possível encontrar na Vila brasileiros de todas as partes e muitos estrangeiros, como os argentinos, italianos e franceses.

Figura 8. Localização da Vila de Jericoacoara. A Vila corresponde à toda parte habitada do mapa.



Fonte: Imagem retirada do Google Maps/Earth 2017.

Apesar do seu crescimento e da consolidação das atividades econômicas pelo turismo, a Vila ainda mantém certos aspectos de “vilarejo”. As ruas são todas de areia, e sua iluminação é feita pelas próprias casas e estabelecimentos. Ainda não existe, por exemplo, um hospital, apenas um posto de saúde e uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA. Os bares e restaurantes também procuram manter um aspecto mais rústico, de modo que é possível sentir ainda a simplicidade e a beleza natural do lugar.

Figura 9. A ‘Rua Principal’ na Vila de Jericoacoara.



Fonte: Acervo Pessoal.

c. o Parque Nacional de Jericoacoara – Parque, Parna ou PNJ

O Parque Nacional de Jericoacoara (PNJ ou Parna de Jericoacoara), criado pelo Decreto Federal s/n, de 04 de fevereiro de 2002, a partir da recategorização da APA de Jericoacoara, está inserido na categoria de Unidade de Proteção Integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Figura 10. Mapa caracterizando a região do Parque, as trilhas autorizadas dentro do Parque os acessos.



Fonte: ICMbio. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/190-parque-nacional-de-gericoacoara.html>>. Acessado em dezembro de 2016.

No SNUC, as unidades de proteção integral devem garantir a

Manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto - aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais - dos seus atributos naturais (BRASIL, 2000).

O objetivo principal dessa categoria, portanto, é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (Lei 9.985/2000, Art.7, § 1º). Entretanto, busca-se, além da preservação, o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas, a educação ambiental e ao turismo ecológico. Com a permissão apenas do uso indireto dos recursos, a atividade pesqueira só pode ocorrer fora da área do Parque.

Dentre o ranking de visitação dos parques nacionais, o Parque Nacional de Jericoacoara vem se destacando, subindo do 9º lugar em 2013 para 3º em 2014, chegando a 780 mil visitas em 2015, perdendo apenas os Parques Nacionais da Tijuca e do Iguaçu.

Figura 11. Ranking de visitantes de Unidades de Conservação a esquerda e Parque Nacional a direita.

Ranking de visitantes 2012-2015

| RANKING DE VISITANTES | | | RANKING DE VISITANTES | | |
|------------------------|--|-----------|-----------------------|-----------------------|-----------|
| UNIDADE DE CONSERVAÇÃO | | 2015 | PARQUE NACIONAL | | 2013 |
| 1 | Parque Nacional da Tijuca | 2.945.355 | 1 | Tijuca | 2.899.972 |
| 2 | Parque Nacional do Iguaçu | 1.642.093 | 2 | Iguaçu | 1.518.876 |
| 3 | Parque Nacional de Jericoacoara | 780.000 | 3 | Brasília | 247.836 |
| 4 | Parque Nacional de Brasília | 294.682 | 4 | São Joaquim | 139.743 |
| 5 | Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais | 236.348 | 5 | Serra dos Orgãos | 132.246 |
| 6 | Parque Nacional da Serra dos Órgãos | 217.372 | 6 | Ubajara | 108.529 |
| 7 | Floresta Nacional de Carajás | 194.450 | 7 | Serra da Bocaina | 106.691 |
| 8 | Parque Nacional da Chapada dos Guimarães | 174.855 | 8 | Chapada dos Guimarães | 102.753 |
| 9 | Área de Proteção Ambiental Anhatomirim | 157.681 | 9 | Jericoacoara | 100.000 |
| 10 | Reserva Extrativista Marinha de Soure | 150.000 | 10 | Itatiaia | 99.495 |

Fonte: ICMbio. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Dados_de_visita%C3%A7%C3%A3o_DCOM.pdf>. Acessado em dezembro de 2016.

A região abriga morfologias e ecossistemas como o manguezal (considerado um dos mais extensos manguezais do estado), dunas, lagoas e lagoas costeiras, estuários, canais de marés e uma extensa faixa de praia (MAIA, 2002; MEIRELES, 2011). Segundo Meireles (2011) “a ação dos ventos, a sazonalidade das precipitações pluviométricas e a insolação, atuam na dinâmica de transporte de sedimentos, formação de lagoas costeiras e comportamento ecológico da fauna e flora do Parque”.

A alteração do limite do Parque feita em junho de 2007 incluiu na área algumas dunas fixas e tabuleiros, bem como o manguezal do rio do Guriú, área de importantes serviços ecossistêmicos como reprodução e manutenção de várias espécies e de local de intensa aparição de cavalos-marinhos (*Hippocampus hippocampus*) (BRASIL, 2005). Cavalos-marinhos são frágeis e qualquer perturbação pode alterar o seu modo de vida. Entretanto, guias locais e turistas retiram esses animais da água e os colocam em recipientes (como sacos e garrafas plásticas) para a realização de fotografias, mantendo-os sob constante ameaça.

A poucos quilômetros da Vila, é possível encontrar um dos principais ícones do Parque: a Pedra Furada, monumento rochoso de cerca de 10 metros de altura esculpido pela água do mar e com uma escavação ao centro. Destaca-se também o Serrote, ponto mais alto do Parque, onde se localiza o Farol de

Jericoacoara, a uma altitude de 95 m (MOLINA, 2007; ICMBIO, 2011).

Apesar da obrigatoriedade do Plano de Manejo em todas as unidades de conservação, o Parque Nacional de Jericoacoara só teve o seu aprovado quase 10 anos depois da sua criação. O Plano de Manejo do Parque foi aprovado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, 2011) no dia 20 de outubro de 2011, através da Portaria n° 84, publicada no Diário Oficial da União dia 21.

4.2 Desenvolvimento da pesquisa

O presente trabalho foi elaborado por meio da abordagem qualitativa de caráter exploratório/descritivo com a realização de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados em campo, que consistiu na aplicação de questionário e análise do local. Essa metodologia é indicada para orientar a coleta de dados quando se pretende investigar e descrever certos acontecimentos, tendo prévio conhecimento ou não. Pode possuir um planejamento flexível contendo o levantamento bibliográfico, entrevistas ou questionários com pessoas que tenham contato com o problema em questão e a comparação com exemplos similares (GIL, 2002; DENCKER, 2004). A abordagem qualitativa visa preencher lacunas do conhecimento, permitindo que pesquisador tenha livre participação no universo onde o problema é encontrado (DENCKER, 2004).

Para a presente pesquisa, o local de estudo foi dividido em dois espaços: as áreas do Parque Nacional pertencentes ao distrito de Jericoacoara e a Vila de Jericoacoara. As idas ao campo foram realizadas entre os meses de outubro de 2016 e janeiro de 2017. A coleta de dados se deu por meio da aplicação de um questionário misto, composto por perguntas abertas e fechadas; pela percepção do pesquisador sobre o objeto de estudo; por reuniões com membros do Conselho Comunitário de Jericoacoara; por conversas informais com moradores e trabalhadores locais e, também, através do depoimento de antigos moradores de Jericoacoara. O levantamento de dados e informações quanto à opinião do pesquisador foi auxiliado por uma câmera fotográfica e uma caderneta para anotação.

A elaboração do questionário se deu por meio do prévio conhecimento acerca de Jericoacoara e possuiu como intenção identificar o conhecimento, sentimento e expectativas dos respondentes quanto ao local. O questionário

consistiu em perguntas abertas e fechadas, de forma simples e direta, sendo permitido a explicação de algumas perguntas para o maior entendimento do respondente. As perguntas foram divididas entre questionamentos relacionados ao Parque e à Vila, envolvendo a consciência e percepção ambiental dos entrevistados e a relação do morador com o turismo.

O questionário foi aplicado, tanto em dias úteis quanto em finais de semana, para 50 moradores com no mínimo cinco anos de moradia fixa em Jericoacoara, e para 20 turistas com o mínimo de dois dias de chegada ao local. O grupo de moradores escolhidos se dividiu entre: moradores nativos ou muito antigos, sendo alguns pescadores e pessoas com envolvimento em movimentos sociais e políticos; estrangeiros que possuíam algum estabelecimento no local; pessoas aleatórias. Dentre eles, responderam 27 homens e 23 mulheres. Já os turistas foram escolhidos de forma aleatória em pontos de maior movimentação, como a praia e a rua principal. Dentre os brasileiros, 4 eram de São Paulo, 4 de do Rio de Janeiro, 3 de Minas Gerais, 1 do Espírito Santo, 1 do Rio Grande do Sul e 1 de Tocantins. Dentre os estrangeiros, 2 eram da Argentina, 1 do Chile, 1 da França e 2 do Uruguai. Dos turistas que responderam ao questionário, 11 eram homens e 9 eram mulheres.

Foram realizadas as seguintes perguntas:

Perguntas feitas aos moradores em relação ao Parque e à percepção ambiental dos mesmos:

| |
|---|
| 1. O que é meio ambiente para você? |
| 2. Você saberia responder qual o nome da Unidade de Conservação está em volta da Vila de Jericoacoara? |
| 3. A população participa das decisões referentes ao Parque? |
| 4. A população se beneficia de alguma forma com o Parque? Cite exemplos. |
| 5. As trilhas do parque são bem monitoradas de modo a garantir a proteção do local? Com sinalização, fiscalização e etc. |
| 6. Você é a favor do cadastramento de visitantes e/ou do pagamento de uma taxa de preservação ambiental no Parque pelos turistas? |

7. O Ecoturismo é uma solução viável para a melhoria das condições e da consciência ambiental em Jericoacoara? (Foi explicado o conceito básico de Ecoturismo antes da pergunta ser realizada).

Perguntas feitas aos turistas em relação ao Parque e à percepção ambiental dos mesmos:

| |
|---|
| 1. O que é meio ambiente para você? |
| 2. É a sua primeira vez em Jericoacoara? |
| 3. Você saberia responder qual o nome da Unidade de Conservação está em volta da Vila de Jericoacoara? |
| 4. Você recebeu alguma informação sobre o Parque antes de entrar na Vila ou passou por algum tipo de fiscalização durante o trajeto? |
| 5. Você realizou alguma trilha? Se sim, as trilhas do parque são bem monitoradas de modo a garantir a proteção do local? Com sinalização, fiscalização e etc. |
| 6. Você é a favor do cadastramento de visitantes e/ou do pagamento de uma taxa de preservação ambiental no Parque pelos turistas? |
| 7. Ecoturismo é uma solução viável para a melhoria das condições e da consciência ambiental em Jeri? |

Perguntas feitas aos moradores em relação à Vila, à percepção e consciência ambiental, e a relação com os turistas dos mesmos:

| |
|---|
| 1. Para você, quais são, hoje, os principais problemas relacionados ao meio ambiente na Vila? |
| 2. Você toma alguma medida para proteger Jeri? Se sim, quais? |
| 3. Se você respondeu sim para a questão anterior, qual a importância da sua atitude para o seu local de convívio? Foram dadas as opções: Grande, pouca e indiferente. |
| 4. O turismo, na sua opinião, é o maior responsável por algum desses problemas? Quais? |
| 5. Existe algum tipo de programa de Educação Ambiental na Vila? |
| 6. Para você, como evoluiu a paisagem da Vila nos últimos anos? Foram dadas as opções: Para melhor, para pior. Cite algumas mudanças. |
| 7. Para você, existe hoje uma perda de identidade do local? |

| |
|--|
| 8. Para você, existe a urgência de um planejamento territorial e reestruturação do espaço de Jeri? E de um estudo de capacidade de carga local? Foram dadas as opções: Grande, pouca e não é necessário. |
| 9. Os empreendimentos aqui instalados (como hotéis, pousadas, e barracas de praia) compensam de alguma forma a região pelos danos ambientais gerados por eles? Foram dados exemplos como programas de educação ambiental, recuperação de alguma área degradada e o plantio de algum tipo de vegetação. |
| 10. Você se sente incomodado com a quantidade de visitantes, principalmente em feriados e períodos de alta estação? |
| 11. Como você se sente em relação àqueles que chegam e fixam moradia em Jeri, hoje? |

Perguntas feitas aos turistas em relação à Vila e à percepção ambiental dos mesmos:

| |
|--|
| 1. Você esperava um ambiente mais preservado? |
| 2. Você identificou algum problema ambiental que te incomodasse? |
| 3. O turismo, na sua opinião, é o maior responsável por algum desses problemas? Quais? |

Os dados obtidos com a aplicação do questionário foram tabulados em uma planilha eletrônica e explorados graficamente. Os resultados foram apresentados de forma de forma individual. No entanto, estes foram discutidos em conjunto, seguindo-se uma organização fundamentada em aspectos-chave do Ecoturismo.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 O Parque Nacional

5.1.1 Resultado dos questionários

a. A visão dos moradores

Metade (50%) dos entrevistados respondeu que o meio ambiente engloba os fatores vivos e não vivos que se relacionam entre si. Já 31% dos respondentes acreditavam que meio ambiente é o mesmo que natureza. Uma outra parcela, ainda significativa, de 19% dos entrevistados, respondeu que meio ambiente seria composto por animais e as plantas, ou fauna e flora, respectivamente.

A maioria dos entrevistados (65%) não soube responder qual o nome da Unidade de Conservação que está em volta da Vila de Jericoacoara? (GRÁFICO 1). Alguns chegaram a dizer ICMBio e IBAMA como resposta. No entanto, ao serem apresentados à informação correta, Parque Nacional de Jericoacoara, estes expressaram ter conhecimento, porém não sabiam que o Parque levava o título de Unidade de Conservação.

A maioria respondeu também acreditar que a população local não seria participativa nas decisões referentes ao Parque. Dos entrevistados, 23%, menos que $\frac{1}{4}$, responderam que existia sim a participação da comunidade. Entretanto, 31% responderam que não. Os outros 46% disseram não saberiam responder, ou afirmaram que a população era pouco ou mais ou menos participativa (GRÁFICO 2).

A maior parte dos respondentes (81%) reconheceu que o Parque beneficia de alguma forma a população da Vila. Dentre os benefícios, o comércio foi o mais significativo (38%) para eles, seguido da preservação ambiental e da consciência ambiental (19% cada) (GRÁFICO 3).

A maior parte (85%) respondeu que as trilhas do Parque não são bem monitoradas, afirmando a pouca fiscalização e má sinalização até mesmo nas principais trilhas, como a da Pedra Furada e a do Serrote (GRÁFICO 4).

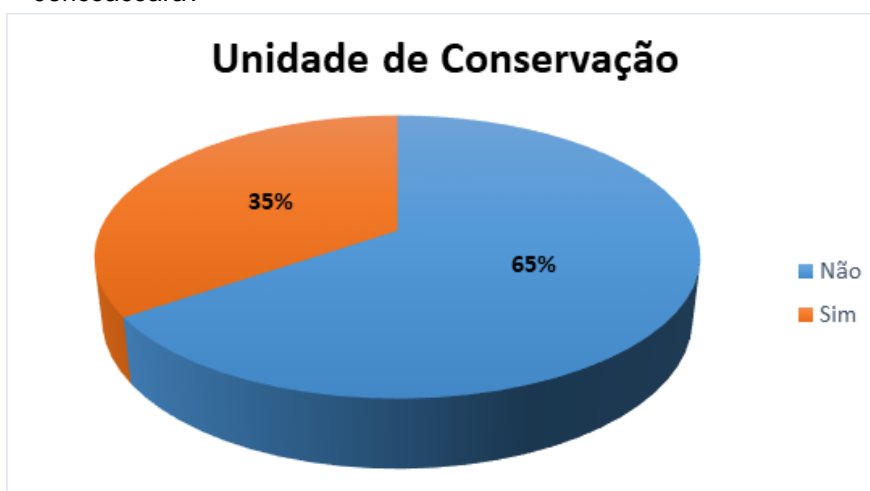
A maioria dos entrevistados (73%) se mostrou a favor do cadastramento de visitantes e ou do pagamento de uma taxa de preservação ambiental no Parque pelos turistas. Os valores da taxa estipulados por eles ficaram entre R\$ 5,00 e R\$ 20,00. O restante dos respondentes se dividiu entre apoiar apenas o cadastramento (12%) ou não apoiar ambas as medidas (15%) (GRÁFICO 5).

É importante ressaltar que tanto os respondentes contra a taxa quanto os

a favor mostraram-se preocupados com a gestão do recurso gerado pela taxa. A justificativa foi a possibilidade de má aplicação do dinheiro. Os 27% contrários à taxa justificaram a resposta por considerar a taxa um risco ao turismo ou simplesmente um pagamento desnecessário.

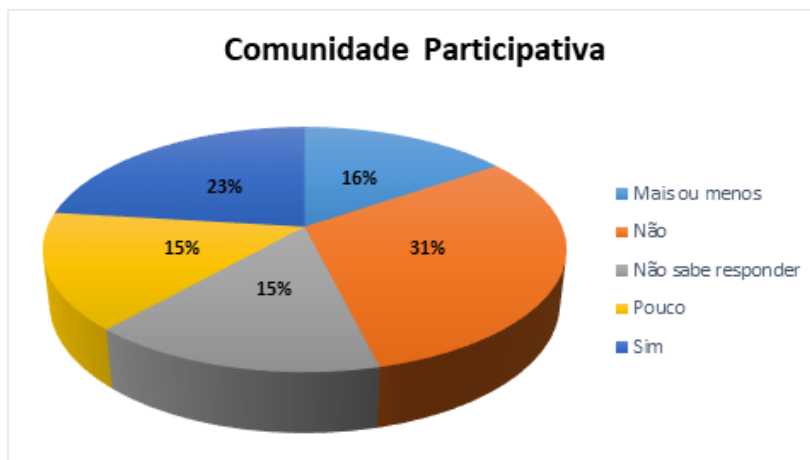
Por fim, todos (100%) concordaram que o Ecoturismo é uma solução viável para a melhoria das condições e da consciência ambiental em Jeri (GRÁFICO 6). É válido ressaltar também que certos respondentes questionaram a possibilidade de alguns empresários serem contra a implantação do Ecoturismo em Jeri.

Gráfico 1. Respostas referentes à pergunta “Você saberia responder qual o nome da Unidade de Conservação que está em volta da Vila de Jericoacoara?”



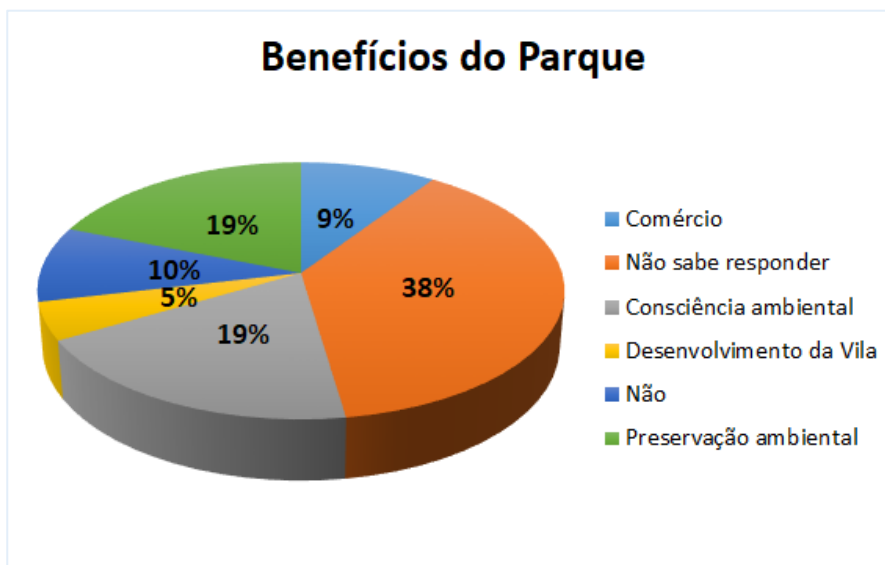
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 2. Respostas referentes à pergunta “A população participa das decisões referentes ao Parque?”



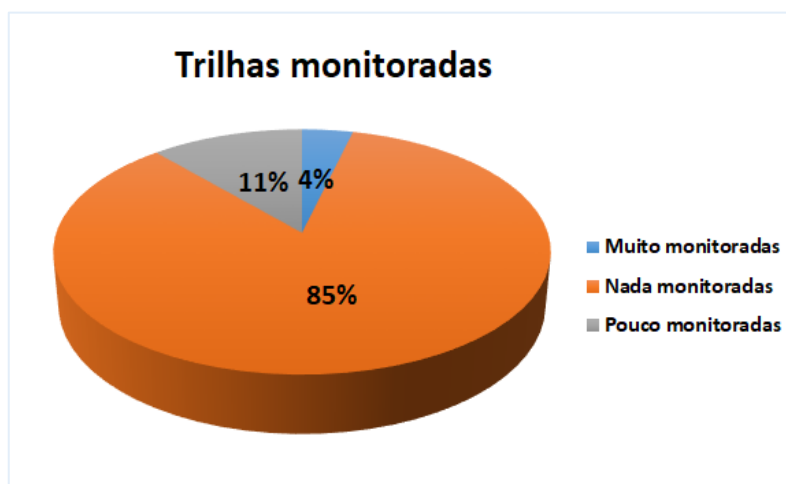
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 3. Respostas referentes à pergunta “A população se beneficia de alguma forma com o Parque? Cite exemplos”



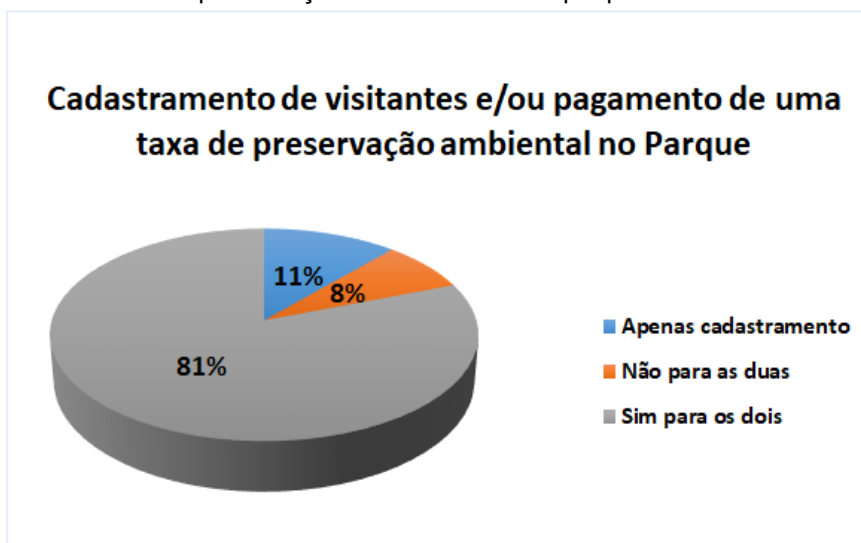
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 4. Respostas referentes à pergunta “As trilhas do parque são bem monitoradas de modo a garantir a proteção do local? “



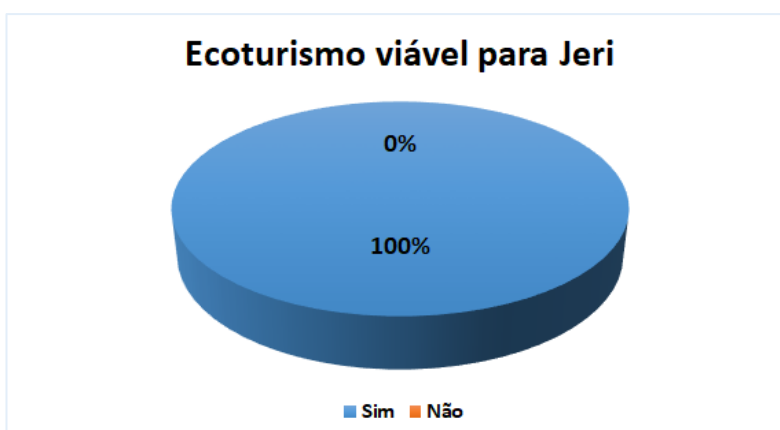
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 5. Respostas referentes à pergunta “Você é a favor do cadastramento de visitantes e/ou do pagamento de uma taxa de preservação ambiental no Parque pelos turistas? “



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 6. Respostas referentes à pergunta “ O ecoturismo é uma solução viável para a melhoria das condições e da consciência ambiental em Jericoacoara?”



Fonte: Elaborado pela autora.

b. A visão dos turistas

A grande maioria (74%) dos entrevistados entende que o meio ambiente engloba os fatores vivos e não vivos que se relacionam entre si. Já 16% dos respondentes acreditam que meio ambiente é o mesmo que natureza, e 19% responderam que meio ambiente seriam os animais e as plantas, ou fauna e flora, respectivamente.

Todos os respondentes (100%) disseram estar em Jericoacoara pela primeira vez e que não receberam informações sobre o Parque antes de entrarem na Vila e que também não teriam passado por alguma fiscalização durante o trajeto.

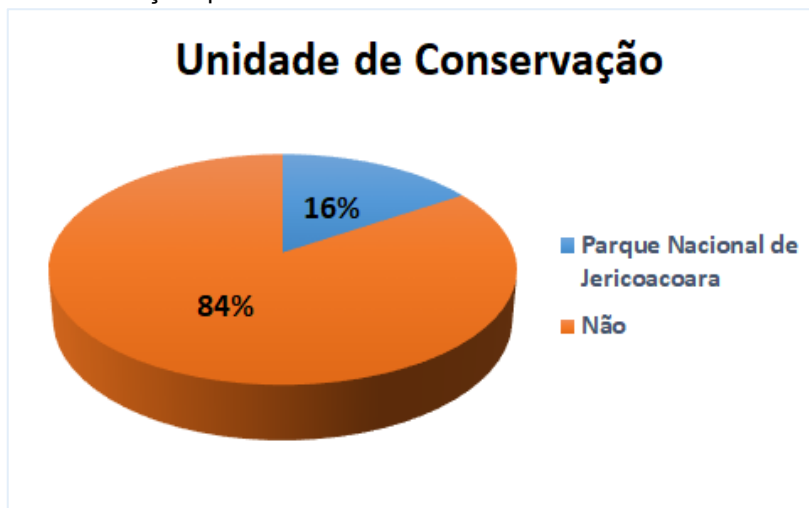
Apesar do nome Parque Nacional De Jericoacoara ser de conhecimento de todos, a maioria (84%) afirmou não saber responder qual a UC, enquanto que 16% deram o Parque Nacional como resposta (GRÁFICO 7).

Pouco mais da metade disse já ter feito alguma trilha (58%). Perguntado qual trilha, todos responderam da Pedra Furada e/ou do Serrote. E desse número, 64% responderam que as trilhas eram nada monitoradas e os outros 36% disseram pouco monitoradas (GRÁFICOS 8 e 9).

A maioria (79%) respondeu que era a favor do cadastramento de visitantes e do pagamento de uma taxa de preservação ambiental no Parque por eles. Os valores estipulados para a taxa pelos mesmos variaram entre R\$ 5,00 e R\$ 40,00. Os outros 21% responderam que apoiavam apenas o cadastramento dos visitantes (GRÁFICO 10).

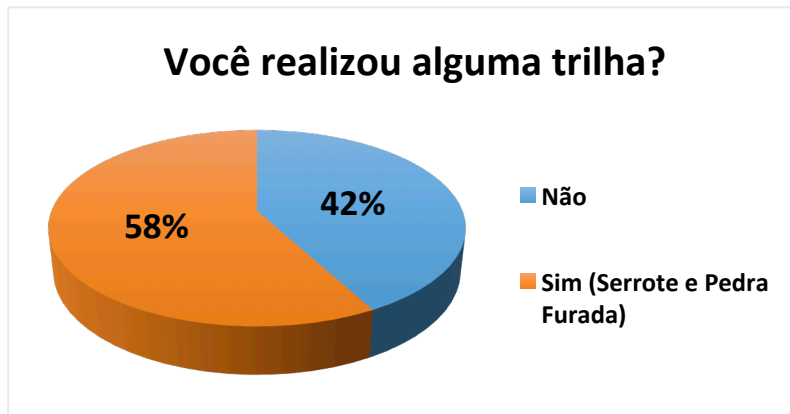
Por fim, todos (100%) concordaram que o Ecoturismo é uma solução viável para a melhoria das condições e da consciência ambiental em Jeri (GRÁFICO 11). Importante ressaltar que certos respondentes mencionaram a importância da boa gestão e fiscalização sobre as atividades.

Gráfico 7. Respostas referentes à pergunta “Você saberia responder qual o nome da Unidade de Conservação que está em volta da Vila de Jericoacoara?”



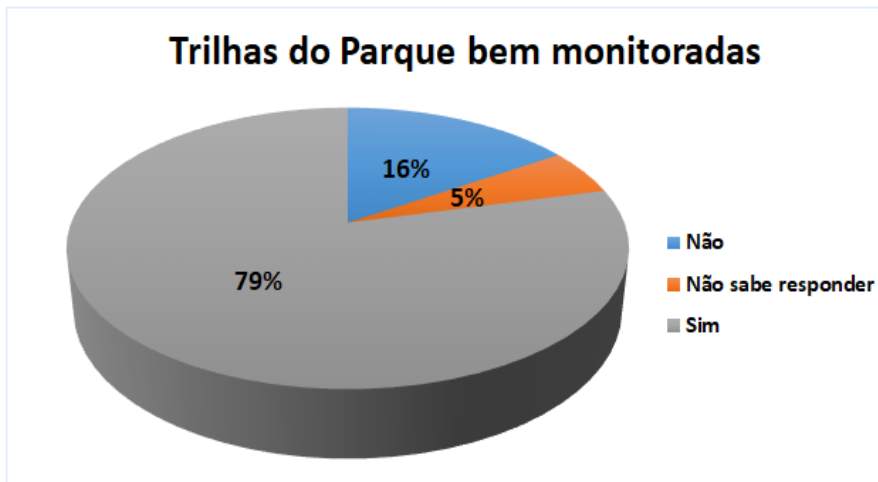
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 8. Respostas referentes à pergunta “Você realizou alguma trilha?”



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 9. Respostas referentes à pergunta “As trilhas do parque são bem monitoradas de modo a garantir a proteção do local?”



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 10. Respostas referentes à pergunta “Você é a favor do cadastramento de visitantes e/ou do pagamento de uma taxa de preservação ambiental no Parque pelos turistas?”



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 11. Respostas referentes à pergunta “ O ecoturismo é uma solução viável para a melhoria das condições e da consciência ambiental em Jericoacoara?”



Fonte: Elaborado pela autora.

5.1.2 Campo

Os resultados obtidos em campo através da visita ao Parque confirmam alguns dos conflitos abordados pelos questionários. Além desses, outros problemas relacionados também foram identificados.

Foi observada a falta de fiscalização em duas das quatro entradas do parque em três dias de visita – não houve visita às outras entradas. Os postos de fiscalização da ICMBio localizadas nas entradas pela Vila do Preá e pela trilha da Lagoa Grande ou trilha da Lagoa de Jijoca apresentavam-se em estado de completo abandono (FIGURA 12). Em conversa informal com os membros do Conselho Comunitário, foi afirmado que as outras duas entradas também se encontravam na mesma situação. Os postos de fiscalização da ICMBio foram instalados como forma de monitoramento das trilhas permitidas e de controle de atividades irregulares dentro do Parque.

A circulação de veículos no Parque deveria ocorrer apenas pelas trilhas autorizadas segundo o Plano de Manejo do PARNA. Entretanto, foi observado o intenso e desordenado fluxo de veículos, tracionados ou não, em percursos proibidos, mesmo diante da existência de algumas placas indicando o caminho correto. Durante os dias de visita, também não foi observada nenhuma atividade que controlasse o a entrada e o fluxo de veículos no Parque (até chegarem na Vila).

Figura 12. Situação dos postos de fiscalização do ICMBio na entrada do Parque pela Vila do Preá.



Fonte: Acervo Pessoal.

Foram registrados também sinais de poluição por resíduos sólidos espalhadas pelos acessos do Parque. Itens como garrafas e sacos plásticos, latas e garrafas de cerveja puderam ser observados ao longo dos trajetos (FIGURA 13).

Figura 13. Exemplo de resíduos sólidos espalhados pelo Parque.



Fonte: Acervo Pessoal.

Foram feitas 6 visitas às trilhas da Pedra Furada e do Serrote em dias distintos, tanto em dias úteis quanto aos finais de semana, durante o período de

pesquisa em campo. As trilhas mostraram-se pouco monitoradas, tanto em fiscalização, quanto por avisos. As placas observadas ao longo do caminho continham apenas a extensão e o nível de dificuldade do trajeto, e um único aviso de permissão apenas para pedestres e de não deixar lixo no local. Não foram vistas placas com instruções de caminhada e de explicações sobre os aspectos ambientais e preservação do local. No ícone principal do Parque, a Pedra Furada, foram observadas apenas placas com uma simples descrição sobre o ícone e com aviso para não subir na pedra.

5.2 A Vila de Jericoacoara

5.2.1 Resultados do questionário

a. A visão dos moradores

A grande maioria (81%) dos entrevistados disse adotar alguma medida para proteger o local onde vive. Dentre elas, 49% das respostas relacionavam algum cuidado com o lixo, como separação e reciclagem, 13% incluíam a preocupação em não poluir o ambiente e 11% mencionavam a conscientização do próximo. Outras medidas também foram citadas, mas em menores proporções, como a participação em algum projeto ambiental (6%), a economia de água (4%) e o respeito ao defeso⁴ (4%). Dos moradores que responderam tomar alguma medida, 90% acreditam que sua atitude tem grande importância para seu local de convívio (GRÁFICOS 13, 14 e 15).

A maioria (77%) também afirmou não acontecer programas de Educação Ambiental promovidos pelo Parque. Outros 11% afirmaram que não saberiam responder e 8% e 4% responderam que sim e às vezes, respectivamente (GRÁFICO 16).

Ficou evidente que o lixo é o problema ambiental na Vila que mais vem incomodando os moradores. Metade (50%) das respostas continha esse fator. Esgotos e mau cheiro foram os segundos mais citados (13%) seguidos dos impactos nas praias (11%). Outros problemas também foram relatados, como construções irregulares (6%), ocupação do espaço público (9%), fezes de animais nas ruas (7%),

⁴ Defeso é uma medida que visa proteger os organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como a época de sua reprodução ou ainda de seu maior crescimento.

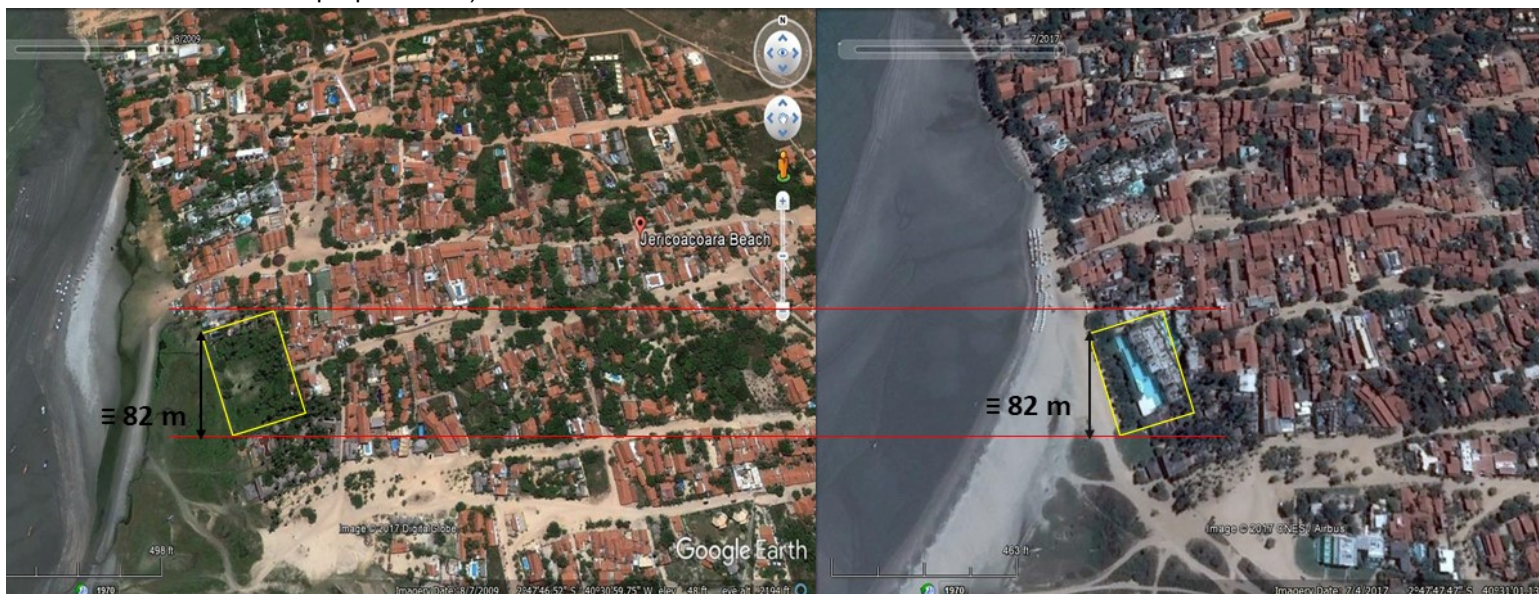
e poluição sonora (4%). Alguns entrevistados levantaram também a questão da falta de água em períodos de alta estação e da presença de poços irregulares em algumas casas, pousadas e hotéis (GRÁFICO 17).

A atividade turística não foi considerada pela maioria a maior responsável pelos problemas citados. Para 39% deles, os moradores possuem a mesma responsabilidade, enquanto que 23% afirmavam ser apenas os moradores os responsáveis. Outros 15% incluíram a responsabilidade da prefeitura (GRÁFICO 18).

Os 60% dos entrevistados consideram a evolução da paisagem natural da Vila como negativa, já para a outra parcela (40%), a mudança ao longo dos anos foi positiva (GRÁFICO 19). Dentre as principais mudanças negativas citadas por eles, a mais impactante está ligada ao aspecto construtivo da vila, como a quantidade de edificações e a falta de padronização das mesmas, além da falta de ordenamento espacial.

Outra importante mudança foi a troca, em alguns pontos, como na faixa de praia, da vegetação nativa pela construção de empreendimentos (FIGURA 14). A privatização do espaço público também foi colocada como uma transformação da paisagem. Os dois exemplos mais citados foram as barraquinhas de praia, compostas de guarda sol e cadeiras, e o jardim do Hotel Essenza, que, segundo os moradores, caracteriza uma ocupação irregular da faixa de praia. Por último, a diminuição das dunas, principalmente a Duna do Pôr do Sol, em resposta à processos naturais e também antrópicos.

Figura 14. Exemplo de alteração na vegetação devido a construções, no caso, o Hotel Essenza. À direita, em 2009, e à esquerda, em 2017. Somente a piscina principal possui 1300 m² (de acordo com o site do próprio Hotel).



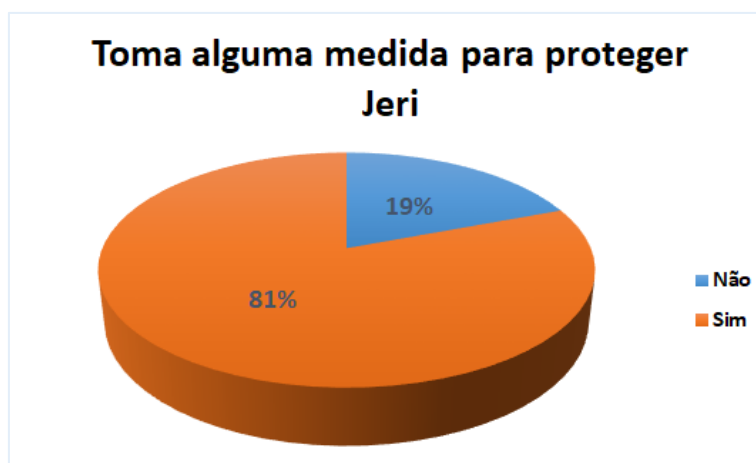
Fonte: Retirado e adaptado a partir de Google Earth.

A grande parte (81%) acredita ter havido a perda da identidade local da Vila. A maioria, 92% e 88%, também considera de alta urgência e importância um planejamento territorial de reestruturação do espaço da Vila e o estudo de capacidade de carga para Jeri, respectivamente (GRÁFICOS 20 e 21).

A maior parte (61%) dos moradores disse que os grandes empreendimentos não compensam de alguma forma à Vila pelos danos gerados por eles. Outros 35% responderam não ter conhecimento sobre (GRÁFICO 22).

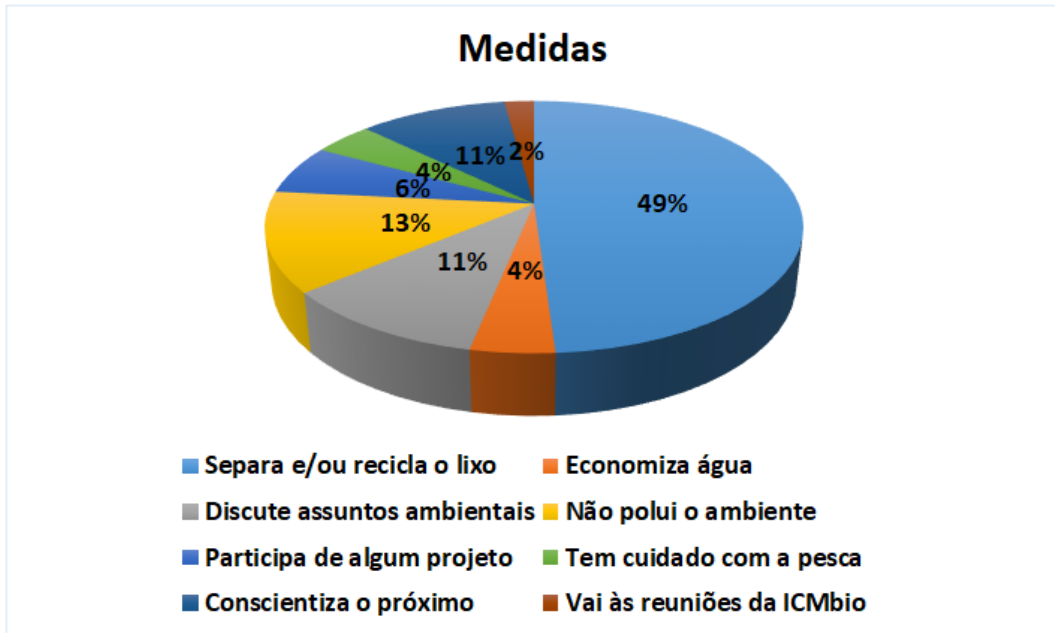
Os moradores mostraram-se passivos quanto à presença do turismo na Vila. Sobre quantidade de turistas em feriados e períodos de alta estação, a maior parte (46%) disse ser indiferente. Outros 23% e 27% disseram se sentir muito incomodados e um pouco incomodados, respectivamente. A maioria (46%) também disse ser indiferente quanto àquelas que chegam e fixam moradia na Vila. Outra parcela de 31% afirmou se sentir incomodado e 23% se sentem felizes com os novos moradores. Vale ressaltar que alguns dos que responderam ser indiferentes e/ou felizes mencionaram possuir esses sentimentos apenas em relação àqueles que passam a contribuir com a Vila de alguma forma (GRÁFICOS 23 e 24).

Gráfico 13. Respostas referentes à pergunta “Você toma alguma medida para proteger Jeri?”



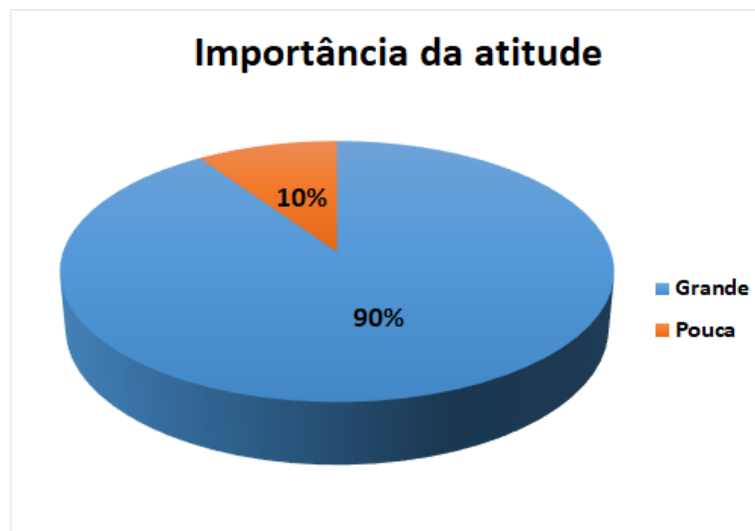
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 14. Respostas referentes à pergunta “Quais medidas você toma para proteger Jeri?”



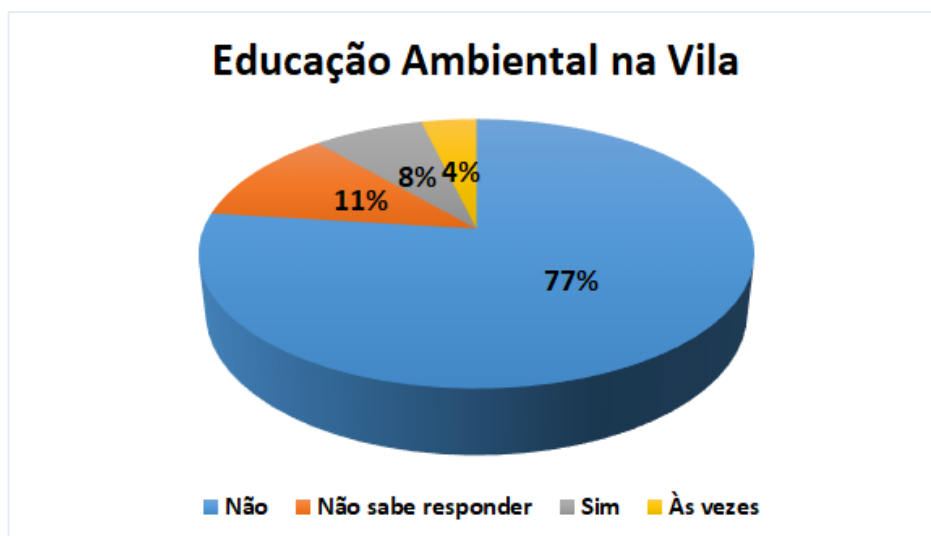
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 15. Respostas referentes à pergunta “Qual a importância da sua atitude para o seu local de convívio?”



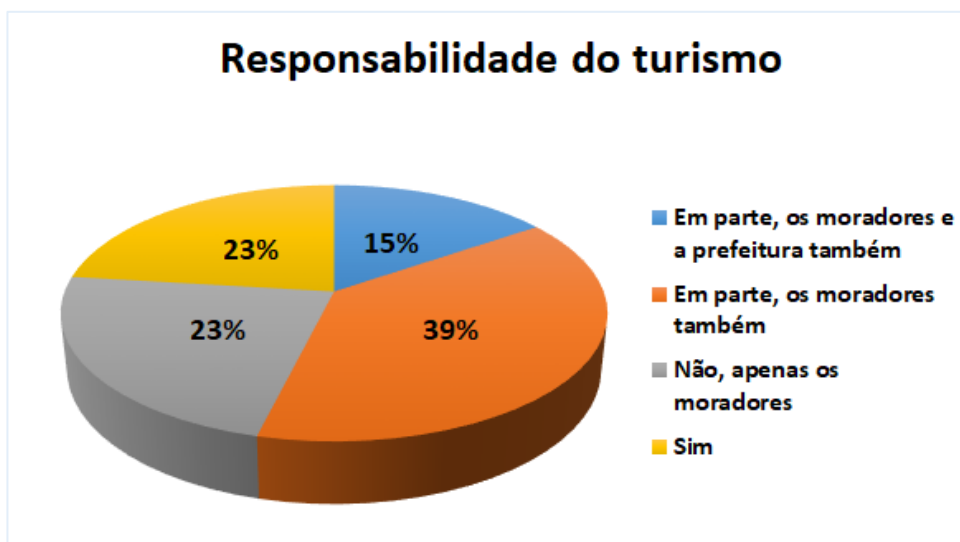
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 16. Respostas referentes à pergunta “Existe algum programa de Educação Ambiental na Vila?”



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 17. Respostas referentes à pergunta “O turismo, na sua opinião, é o maior responsável por algum desses problemas?”



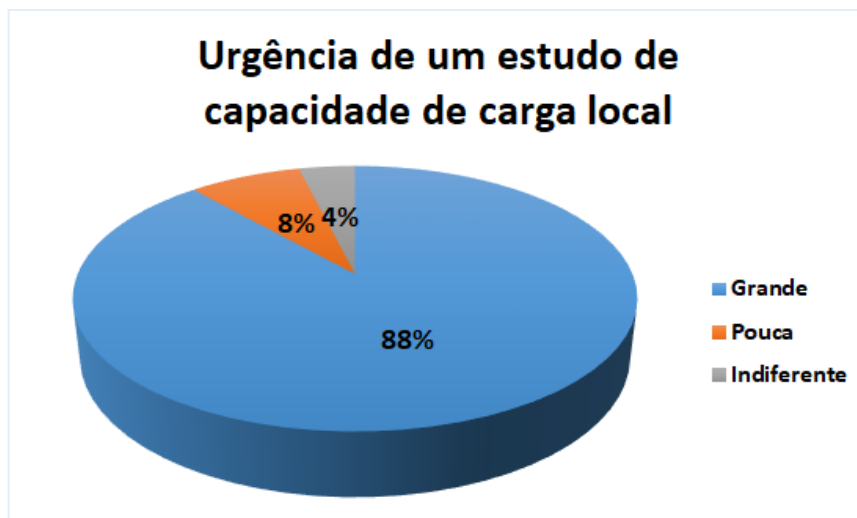
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 18. Respostas referentes à pergunta “Como evoluiu a paisagem ao longo dos últimos anos?”



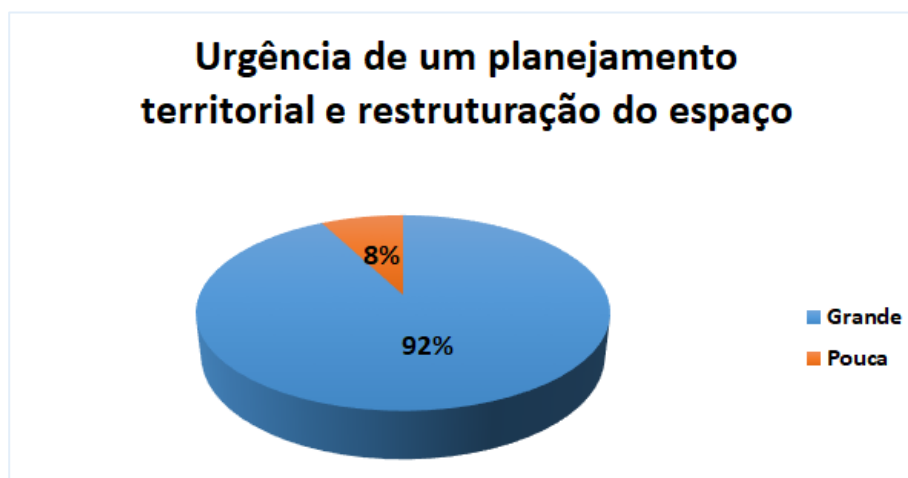
Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 19. Respostas referentes à pergunta “Qual a urgência de um estudo de capacidade de carga local?”



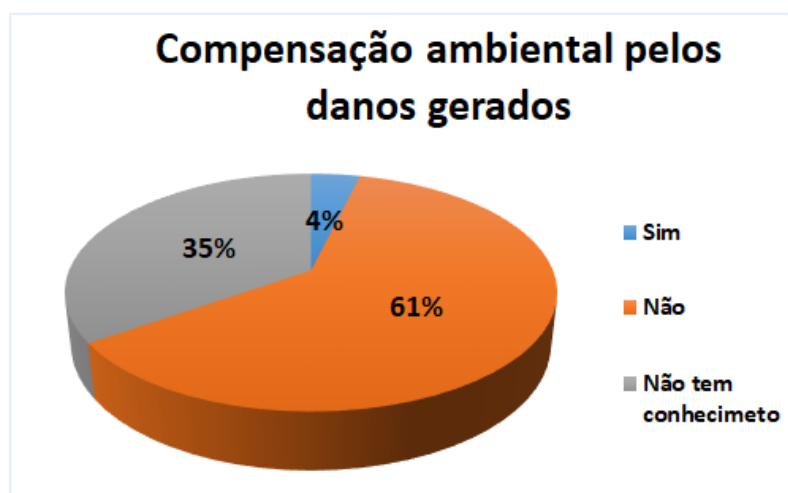
Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 20. Respostas referentes à pergunta “Qual a urgência de um planejamento territorial e reestruturação do espaço?”



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 21. Respostas referentes à pergunta “Os empreendimentos aqui instalados (como hotéis, pousadas, e barracas de praia) compensam de alguma forma a região pelos danos ambientais gerados por eles?”



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 22. Respostas referentes à pergunta “Você se sente incomodado com a quantidade de visitantes, principalmente em feriados e períodos de alta estação? “



Fonte: Elaborado pela autora

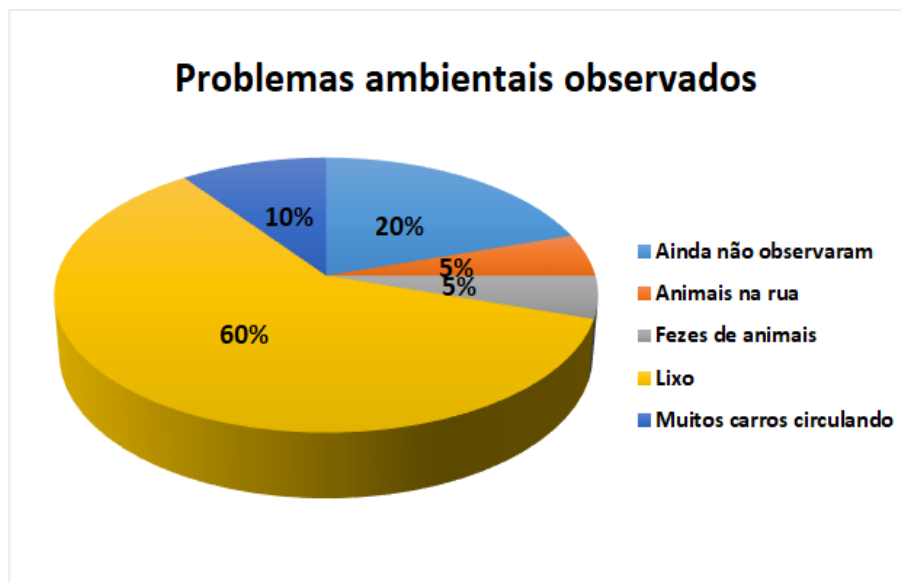
Gráfico 23. Respostas referentes à pergunta “Como você se sente em relação àqueles que chegam e fixam moradia, hoje? “ Fonte: Elaborado pela autora.



b. A visão dos turistas

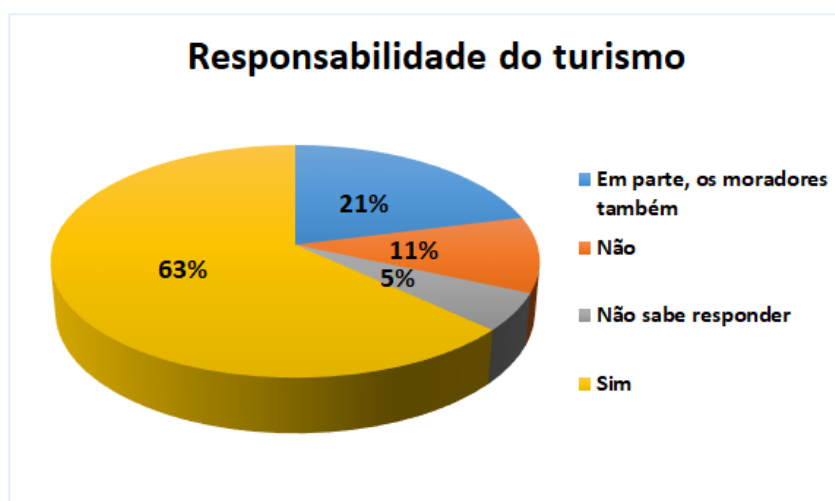
Um pouco mais da metade (53%) dos entrevistados respondeu ter esperado um ambiente mais preservado. A maioria (60%) dos entrevistados disse ter se incomodado com a quantidade de lixo nas ruas e nas praias, enquanto que outros 20% disseram ainda não ter observado algum problema. A maioria (63%) também acredita que o turismo é o maior responsável pelos problemas ambientais na Vila, enquanto que 21% afirmam que o morador tem a mesma responsabilidade sobre os impactos negativos (GRÁFICOS 24 e 25).

Gráfico 24. Respostas referentes à pergunta “Você identificou algum problema ambiental que te incomodasse? Quais?”



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 25. Respostas referentes à pergunta “O turismo, na sua opinião, é o maior responsável por algum desses problemas?”



Fonte: Elaborado pela autora.

5.2.2 Campo

Durante os dias de campo em Jericoacoara, foi possível observar alguns dos problemas já descritos nos questionários sobre a Vila. O contato direto com os moradores e líderes comunitários possibilitou também o entendimento acerca de alguns processos de transformação e de limitação ao melhor desenvolvimento de Jeri.

Foi constatado o intenso fluxo de veículos particulares, autorizados e não autorizados, dentro da Vila. Ficou evidente a quantidade de lixo nas ruas e na faixa de praia. Foram observadas poucas lixeiras nas ruas, e a maior parte é provida pelos próprios estabelecimentos como as lojas, os mercantis e os restaurantes. A maior quantidade de lixo nas ruas e na praia foi observada durante a noite, principalmente em volta das barracuinhas de comida, em frente aos bares e na área onde acontecem as festas públicas na praia. (FIGURAS 15, 16 e 17).

Figura 15. Intenso fluxo de carros nas ruas.



Fonte: Acervo pessoal.

Mostrou-se evidente também a utilização de grande parte da faixa de praia pelas barracas (não fixas) de praia, especialmente em dias mais movimentados, e por atividades de menor porte, como alugueis de equipamento esportivo e vendedores ambulantes (FIGURA 18). Além disso, foi observada uma grande quantidade de lixo e garrafas de cerveja ao redor das cadeiras. Na praia, não foram vistas lixeiras, apenas dentro dos estabelecimentos das barracas (fixas) de praia. Em conversa informal com alguns dos barraqueiros, foi afirmado que eles optaram por não instalar lixeiras de modo que, ao final, cada barraqueiro possui a obrigação

de recolher o lixo das cadeiras as quais é responsável (FIGURA 19).

Figura 16. Quantidade de lixo após a realização de uma festa na praia.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 17. A esquerda, o lixo acumulado após a realização de uma festa na praia. A direita, o acúmulo de mais lixo no mesmo local por volta das 13:00 horas do dia seguinte.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 18. Ocupação da faixa de praia por atividades econômicas. Fonte: Acervo Pessoal.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 19. Grande quantidade de lixo produzido pelo uso das cadeiras de sol, despejada de forma indevida. Fonte: Acervo Pessoal.



Fonte: Acervo pessoal.

Entretanto, foi possível notar, ao final do dia quando as barracas são retiradas, quantidades ainda significativas de lixo espalhados ao redor de onde as cadeiras estavam anteriormente. A situação piora quando o mar, durante a maré cheia, arrasta parte desses itens em direção a ele.

Os barraqueiros também afirmaram e contestaram o fato da prefeitura não querer ter a responsabilidade do lixo produzido na praia, visto que já foi feita uma falha tentativa na gestão passada. Eles disseram ter sido colocadas algumas lixeiras por ela, entretanto, o lixo não era recolhido e acumulava-se, tendo que ser carregado e despejado depois pelos próprios barraqueiros.

Ainda na faixa de praia, foi possível identificar outros sinais de privatização do espaço público, tais como os já citados no questionário pelos moradores. Foi possível observar que alguns hotéis fazem uso do espaço frente à entrada com cadeiras e mesas privativas para os usuários do estabelecimento. No Hotel Essenza, exemplo mais citado pelos moradores, é possível enxergar claramente essa apropriação, onde o jardim à frente da área pertencente ao hotel é cercado e monitorado por seguranças (FIGURA 20). Vale ressaltar que, ao acessar o jardim, na tentativa de conversar com algum representante do Hotel, fomos abordados por um dos seguranças que nos notificou a deixar a área.

Durante o processo da pesquisa em campo, também foi possível perceber que já existe a luta pelo desenvolvimento sustentável da região por algumas lideranças locais, entretanto, existem diversos empasses políticos e de gestão que dificultam e atrasam esse processo. A briga política e o apoio da iniciativa privada à políticos locais foram os exemplos mais citados. Os moradores mostraram-se

bastante descontentes com a gestão atual (2016).

Figura 20. Exemplos de privatização do espaço público pelos hotéis. A direita, o espaço apropriado pelo Hotel Essenza sendo cercado. Acervo Pessoal.



Fonte: Acervo pessoal.

5.3 Dimensões e desafios do Ecoturismo em Jericoacoara

Percepção e consciência ambiental dos moradores

A partir dos resultados obtidos, pode-se inferir que grande parte da população, tanto de turistas como de moradores, compreende a totalidade dos aspectos que constitui o meio ambiente. O conceito de meio ambiente, com a inclusão da espécie humana e de fatores não vivo, tais como as relações, a economia e a cultura está de acordo com a Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu Art. 3º, determina que:

“Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - Meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

Este conceito difere da forma em que o meio ambiente é geralmente passada pelos grandes meios de comunicação. De um modo geral, na mídia, o meio ambiente é reduzido à natureza, no sentido de fauna, flora e recursos naturais.

Dentre os problemas ambientais identificados na Vila, o mais aparente é o do despejo do lixo em locais públicos. Apesar de grande parte dos moradores responder que possui cuidado com o lixo, a quantidade de resíduos sólidos espalhados pelas ruas e pela praia desperta atenção. Foi constatado que existem poucas lixeiras espalhadas pela Vila, e nenhuma instalada pelos barraqueiros ao redor das cadeiras de sol. A maior quantidade de lixo espalhado pelas ruas e pela

praia foi observada durante a noite, principalmente nos locais de maior movimentação turística, como ao redor das barraquinhas de bebida na praia e em frente aos estabelecimentos noturnos. A situação, portanto, é resultado de dois fatores: Descaso da prefeitura e das iniciativas privadas (sejam elas de menor ou de maior porte) somado à falta de consciência e preocupação ambiental dos turistas e dos próprios moradores.

Motivação do turismo em Jericoacoara

O nome 'Parque Nacional de Jericoacoara' é conhecido por todos os viajantes. Entretanto, a grande parte dos turistas que vai à Jericoacoara não considera a visita ao Parque Nacional, a Unidade de Conservação, como motivação, e sim a Vila e seus atrativos turísticos associados (a Lagoa da Jijoca não é parte do estudo). A visita ao Parque, de certa forma, se torna consequência da posição geográfica da Vila na área em que foi implementada a unidade. Independentemente do perfil de viagem, os turistas buscam em Jericoacoara momentos de tranquilidade, contato com a natureza e fuga do cotidiano. Entretanto, o potencial turístico da região é aproveitado pela maioria das iniciativas privadas locais como forma de incentivar o turismo convencional de consumo.

Nesse cenário, configura-se a necessidade de aproximar os turistas e moradores à importância ambiental da região. Uma forma de fazê-lo é através da maior divulgação da região como importante área de preservação ambiental e de grande potencial para o turismo ecológico. Isto poderia fazer com que Jericoacoara não fosse vista apenas como um destino turístico de quem procura momentos de lazer e descanso. A tarefa de reconfigurar a imagem da região em direção ao seu potencial ecoturístico recai, mais que ao Poder Público, sobre a comunidade. A vontade e pressão popular é vital para o processo de transformação da situação atual de Jericoacoara.

Percepção da comunidade sobre benefício associado ao Parque

Ficou evidente também que a maioria dos moradores considera que a criação do Parque beneficia a região quanto a preservação e conscientização ambiental. Entretanto, a maioria dos moradores e dos turistas entrevistados não soube relacionar o nome Parque Nacional de Jericoacoara ao conceito de Unidade de Conservação. Observa-se, portanto, que ambos estão afastados do conceito geral do Parque e de sua finalidade como UC. Concordante com esse quadro de

distanciamento, a população entrevistada também não mostrou se fazer presente nas discussões e decisões referentes ao Parque. Martins (2009) constatou que não houve consulta pública durante o processo de implementação do Parque, ficando os moradores alheios às questões referentes à unidade. Portanto, a atual situação de distanciamento entre população e Parque pode ser um reflexo da forma em que foi implementado e posteriormente, divulgado.

Sentimento do morador em relação aos turistas e aos que fixam residência

A maioria dos entrevistados demonstrou possuir uma boa relação com o turismo, considerando-se indiferentes à presença do turista. Em relação aos que fixam moradia, a maior parte também mostrou ser indiferente, entretanto esperam que os mesmos contribuam com a Vila de alguma forma. Sendo assim, é possível compreender que existe uma boa aceitação do turismo pelos moradores, tornando viável e, portanto, facilitando a elaboração de um novo plano turístico para o local.

Educação Ambiental como instrumento de modificação

Diante da situação observada e dos resultados obtidos pelo questionário, percebe-se a carência de programas voltados à Educação Ambiental (EA) na Vila. Apesar de ser estar proposto no Plano de Manejo do Parque, a maioria dos entrevistados disse não ter conhecimento sobre a realização de atividades ou programas de EA. A inserção da EA na comunidade local é um dos pilares para a sustentação do Ecoturismo. Pois, além de incentivar a mudança na consciência e no comportamento da população em relação a assuntos ambientais, a Educação Ambiental fortalece a relação homem-natureza como um todo. Costa & Costa (2005) consideram de extrema importância a inserção da Educação Ambiental ao se fazer o planejamento ecoturístico de uma determinada área. Para as autoras, é essencial a integração entre os programas educacionais e atividades turísticas, a fim de buscar melhores resultados quanto a melhoria da qualidade de vida e crescimento econômico da comunidade.

Programas de educação ambiental em Jeri não irão educar diretamente o turista, pois este permanece na região por relativamente pouco tempo. Porém, a partir do desenvolvimento da consciência ambiental dentro da comunidade, os turistas encontrarão um ambiente mais preservado e com práticas ecologicamente corretas, contrariamente à situação atual, visto que a maior parte dos visitantes

respondeu ter esperado por isso. Assim, o turista estará mais propício e destinado a ter boas atitudes ambientais.

Vale ressaltar também que a educação ambiental não se limita à um único espaço. Uma pessoa ambientalmente consciente terá atitudes educadas em qualquer lugar. Dessa forma, atitudes ambientalmente corretas podem ser disseminadas de/para todos os cantos, desde que haja pessoas educadas para isso.

Gestão e administração do Parque

Desde o início, os parques nacionais possuem o intuito de proporcionar à população meios de lazer e de contato com o ambiente natural. No entanto, muitos parques nacionais encontram dificuldades em desenvolver métodos de gestão e preservação do espaço que possibilite a manutenção da atividade turística no local. Assim como outros parques nacionais, o Parque Nacional de Jericoacoara vem sofrendo com essa dificuldade. Como observado, gerir, organizar e equilibrar a preservação do ambiente natural com as atividades turísticas ao redor do PNJ vêm se configurando, desde a sua implementação, como um grande desafio.

A necessidade da mudança de um estado de distanciamento para uma participação da comunidade na gestão do Parque é evidente. No Livro “Ecoturismo – Um guia para planejamento e gestão”, Wallace (2002) defende que a administração de áreas protegidas, como o PNJ, deveria ser apoiada por pessoas que conheçam e amem a área em questão. Para o autor, o apoio dessas pessoas poderia garantir e assegurar a manutenção das políticas e dos recursos necessários à administração. Este mesmo autor defende ainda que, além da legislação vigente da unidade, a seleção dos objetos administrativos da área deve contemplar dois importantes aspectos. O primeiro se refere às restrições dos recursos e características naturais, tais como alguns descritos pelo Plano de Manejo do PNJ: tipo de solo, fauna, flora, níveis de precipitação (que impactam a capacidade de carga das lagoas) e aspectos paisagísticos. Diante do quadro de abandono de postos de fiscalização e privatização do espaço público, pode-se concluir que este primeiro aspecto não vem sendo seguido em Jericoacoara.

O outro aspecto diz respeito à disponibilidade, à localização e às possibilidades de experiências esperadas pelos turistas. Isto inclui, por exemplo, observar algum tipo de vida selvagem ou a vegetação local ou praticar algum esporte que proporcione o contato e o conhecimento do local. Para Wallace (2002),

isso resultaria na satisfação do visitante com o que o administrador consegue proporcionar, além de garantir a preservação dos recursos da área.

No Parna de Jericoacoara, diferentemente de outros parques nacionais, é quase que inevitável o trânsito de veículos. Isto porque, é preciso atravessar toda a extensão do Parque para se ter acesso à Vila. Porém, fica evidente a falta de fiscalização nas áreas de acesso ao parque e na entrada da Vila, resultando em um fluxo desordenado de veículos e na falta de controle dos visitantes. Situação essa contrária a prevista pelo Plano de Manejo, que garante a fiscalização preventiva dentro do perímetro do Parque, onde deveria consistir em “rondas diárias nas trilhas do parque nacional com o apoio de policiais militares da Companhia de Polícia Militar Ambiental (CPMA)” (ICMBIO, 2011).

O ordenamento do controle do acesso de veículos no Parque é considerado essencial. O tráfego desordenado de veículos motorizados na região resulta em grandes impactos ambientais, afetando diretamente a fauna e a flora local, além de gerar condições de instabilidade que intensificam o fluxo de sedimentos na área. Podendo resultar, então, na extinção da vegetação e na migração dos campos de dunas da região (MEIRELES, 2011).

Para Boo (2002) um componente importante na estratégia ecoturística em áreas de proteção é a implementação de infraestruturas, como postos de fiscalização, placas de sinalização e de ordenamento do fluxo. Entretanto, a infraestrutura existente no Parque, além de se apresentar em estado de completo abandono, demonstra-se insuficiente à demanda atual de turistas.

Melhor uso do zoneamento já existente do Parque e zoneamento da Vila como alternativa a ausência de informação sobre a capacidade de carga

O controle de visitantes, em função da conservação do ambiente e de seus recursos, é visto como uma importante ferramenta de gestão no Ecoturismo. Uma das ferramentas mais importantes para tal é o estudo de capacidade de carga do local. Porém, devido ao fato de o Parque e Vila se trata, de duas áreas distintas e de diferentes finalidades, porém com os mesmos acessos de entrada, torna-se difícil o desenvolvimento desse tipo de estudo na região. Dessa forma, a capacidade de carga da região de Jericoacoara nunca foi determinada.

Diante da dificuldade de se determinar a capacidade de carga de Jericoacoara, uma alternativa a ser considerada envolveria a realização do zoneamento da região

(WALLACE, 2002). O zoneamento consiste na divisão do ambiente em áreas, ou zonas, com diferentes finalidades. É indicado quando existirem diferentes demandas e objetivos administrativos para determinada porção da área em questão. É o que se observa, portanto, na região que compreende o Parque e a Vila. O zoneamento já existe para a área que compreende o Parque Nacional. No Plano de Manejo foram estabelecidas sete zonas: 1) Zona Primitiva; 2) Zona de Ocupação Temporária; 3) Zona de Recuperação; 4) Zona de Uso Conflitante; 5) Zona de Uso Especial; 6) Zona de Uso Extensivo e 7) Zona de Uso Intensivo (ICMBIO, 2011).

Acredita-se ser possível estabelecer o zoneamento da região que compreende a Vila. Nesse caso, seriam levadas em consideração, principalmente, a procura dos visitantes por distintas áreas, os tipos de atividade permitida, os potenciais e atributos ecológicos, e as limitações biofísicas de cada.

Tendo como base os tipos de zoneamento fornecidos por Wallace (2002), cria-se um exemplo de como algumas áreas de potencial turístico da região poderiam ser zoneadas e melhor aproveitadas:

- Zonas recreativas de uso intensivo: Incluiria as áreas de recreação na Vila. Seriam, portanto, destinadas à prática de atividades ao ar livre como o futebol e vôlei de areia, esportes de prancha, caiaques, passeios de barco, o *snorkeling* ou mergulho recreacional, as trilhas, ginástica, e atividades voltadas à cultura local. Nessas áreas, poderiam ser incluídas infraestruturas como guaritas de fiscalização e banheiros ecológicos. Poderiam ser construídos também centros de visitantes e de interpretação ambiental, e espaços voltados a atividades culturais. Na faixa de praia, seriam inclusas as já existentes barraquinhas móveis de praia e os vendedores ambulantes, porém de forma ordenada e controlada. O objetivo seria criar áreas educacionais e recreativas de fácil acesso à comunidade e ao turista, resultando no fortalecimento de atividades de cunho ecológico e cultural, e na maior interação entre turistas e moradores, além de promover o fortalecimento de atividades econômicas como o aluguel de equipamentos esportivos na praia.

- Zonas naturais de uso intensivo ou extensivo: Incluiriam os locais de visitação Vila com relevantes aspectos ecológicos. Por exemplo, poderia ser inclusa a Duna do Pôr do Sol, a fim de ordenar o fluxo de subidas diárias. Dessa forma, o uso seria limitado, levando em consideração a tolerância do ambiente. O objetivo dessas zonas seria estimular o maior contato do turista e da população com as

áreas naturais da região. Seria estimulando a realização de trilhas e do turismo de observação. A população, dessa forma, poderia se beneficiar através da capacitação de guias turísticos, que pudessem acompanhar o visitante durante a sua visitação.

O desafio do Ecoturismo em Jericoacoara

De um modo geral, o desafio do Ecoturismo em Jericoacoara consiste em desenvolver um planejamento eficiente e adequado tendo em vista a dimensão das potencialidades e das limitações da região. Jericoacoara está listada entre os principais destinos turísticos do país. O número de visitantes tende a aumentar devido, principalmente, à construção do novo aeroporto de Jijoca. Membros do Conselho Comunitário de Jeri, durante as reuniões, mostraram-se bastante preocupados com a falta de estrutura para receber os turistas. Para eles, Jericoacoara não irá comportar um maior aumento no turismo “em massa”.

O planejamento ecoturístico, dessa forma, requer muitas variáveis e um amplo estudo da área em questão. Boo (2002) considera que a estratégia para o diagnóstico e planejamento do ecoturismo em áreas protegidas é formado essencialmente em três fases. A primeira consiste em avaliar a situação atual da região e seu potencial turístico. Para isso, é preciso responder a uma série de questionamentos acerca das características do parque e de seu entorno, com enfoque na interação com as comunidades locais.

Na segunda fase, é determinado o nível de turismo desejado e, então, criado um plano. Nesse momento, é essencial haver representantes do parque, das comunidades vizinhas, de iniciativas privadas ligadas ao turismo, do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Turismo e dos demais grupos ligados à conservação ambiental. A autora considera o *workshop* como um forte mediador desses encontros.

A terceira e última fase corresponde à escrita de um documento sobre a estratégia ecoturística proposta. A autora afirma ser importante registrar, publicar e divulgar as informações. Assim, as estratégias do planejamento podem alcançar fontes investidoras no turismo, doadores e qualquer outra ajuda que possa ser incorporada ao plano ecoturístico. Nesse contexto, a elaboração de um plano ecoturístico para Jericoacoara deve abordar de forma distinta, porém interligadas, as características do Parque e da Vila.

Propostas para elaboração do planejamento do ecoturismo em

Jericoacoara

O planejamento do ecoturismo no Parque deve considerar, primeiramente, os recursos naturais da área, resultando em mecanismos que monitorem o impacto ecológico do turismo na área e recuperem áreas e características já degradadas, como a vegetação nativa. Boo (2002) incentiva a elaboração de inventários das características do local, dos ecossistemas ou das espécies que não foram adequadamente estudadas.

O controle sobre os visitantes e os níveis de visitação também é uma importante estratégia de preservação. Para isso, é importante a criação de um mecanismo de obtenção de dados nas entradas permitidas do Parque, com números e informações necessárias. Uma ficha de cadastramento com perguntas relevantes sobre o visitante se torna essencial no plano. Questionários sobre a opinião do turista após o período de estadia é também uma forma de melhoria. É importante destacar que, diante dos resultados obtidos, moradores e visitantes estão abertos a este tipo de abordagem, incluindo a aplicação de taxas (que ajudariam na manutenção da unidade).

Outra estratégia para o planejamento ecoturístico no Parque é a recuperação de infraestruturas existentes. Estas incluem trilhas, placas de sinalização e postos de fiscalização, que foram observadas em estado de abandono. Além disso, a implementação de novas infraestrutura pode proporcionar uma melhor visitação ao turista. Por exemplo, áreas de sombra para descanso e espaços, como mirantes, para fotografias e que incentivem a contemplação da paisagem.

Por fim, a capacitação dos funcionários e administradores do Parque, através de treinamentos e de programas educativos. É importante que, junto ao planejamento, haja o cumprimento do Plano de Manejo do Parque e o funcionamento de todos os instrumentos de fiscalização do órgão ambiental responsável, o ICMbio.

Já o planejamento do ecoturismo na Vila precisaria considerar a interação entre a comunidade e as atividades turísticas, possuindo como 'norte' as condições culturais e socioeconômicas do local. É preciso, então, discutir o interesse que a população tem no turismo, de que forma ela atuaria junto ao Ecoturismo em Jericoacoara e quais seriam os seus benefícios. É essencial a participação de todos os setores sociais, e, principalmente, de representantes líderes e comunitários. É

importante também a participação das iniciativas privadas no processo, porém de forma justa, a fim de não aumentar a lacuna de diferenças sociais existente hoje na Vila.

Outra estratégia, como exemplificado anteriormente, é a implementação de novas infraestruturas, além do funcionamento das estruturas já existentes, como um centro de visitantes na entrada, com profissionais preparados para receber o visitante. Lá, os turistas realizariam o pagamento da taxa (que pode ser por períodos de estadia), receberiam mapas interativos da região, instruções e informações necessárias sobre o Parque e a Vila. Poderiam conter também a venda de artigos produzidos pela própria população, imãs e cartões postais, a fim de ajudar a manter o funcionamento da estrutura. Poderiam ser criados também um centro de interpretação ambiental, e um espaço destinado para pesquisas científicas em parcerias com Instituições de Ensino, por exemplo.

Por fim, é essencial para o funcionamento do Ecoturismo em Jericoacoara que exista a atuação do Poder Público de forma justa e responsável. Como Poder Público, estão incluídas em todas as esferas, dos órgãos ambientais aos de fiscalização. Esses órgãos devem trabalhar em conjunto e oferecer todo o suporte para permitir o desenvolvimento do Ecoturismo na região.

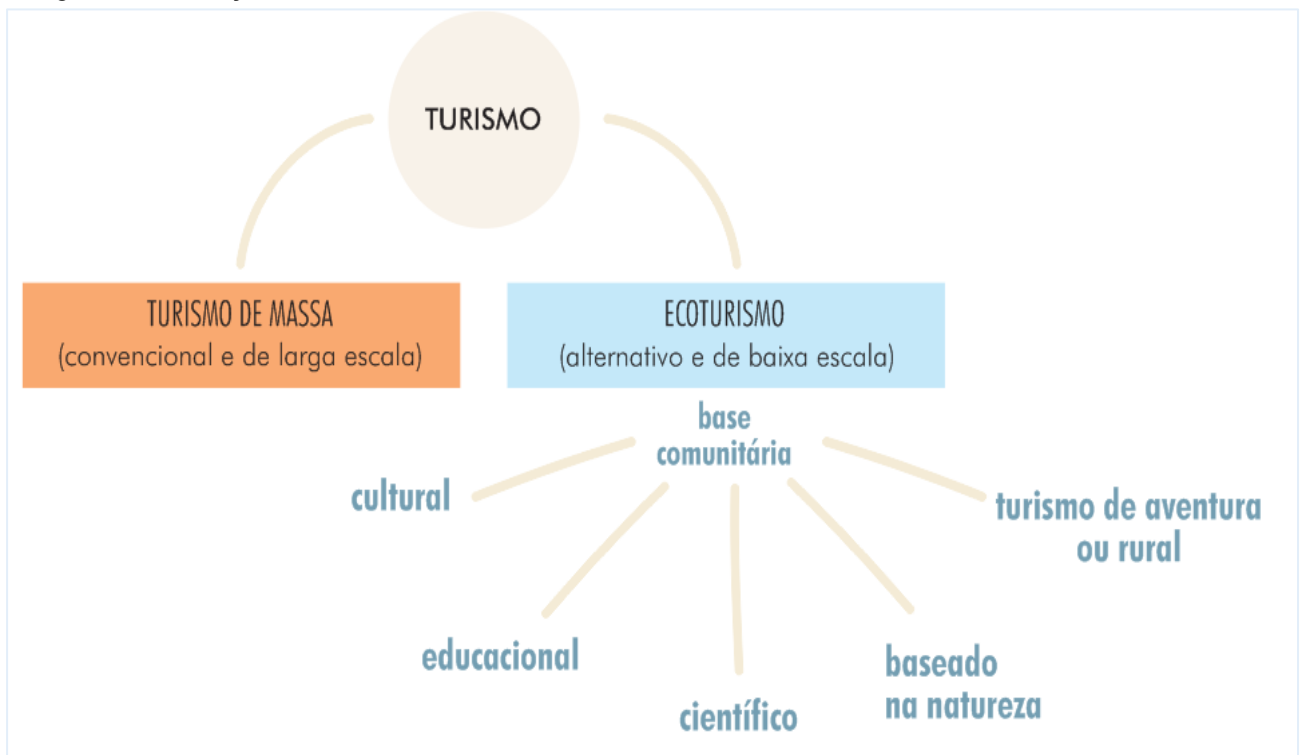
Em resumo, o potencial do Ecoturismo em Jericoacoara está relacionado a diversos fatores. Estes incluem, pelo menos, a diversidade biológica, paisagens naturais, amplas possibilidades de recreação e lazer, importantes aspectos sociais e culturais e à diversidade de atividades econômicas. Por outro lado, Jericoacoara tem como limitações, dentre outros, a própria limitação da natureza e seus recursos, o crescimento desordenado do turismo em massa, interesse/desinteresse da iniciativa privada e do poder político em diferentes níveis, ausência de participação popular, falta de efetivação de políticas públicas, descumprimento do Plano de Manejo pelo órgão ambiental responsável e falta de consciência ambiental de uma parcela de turistas e moradores. Todas essas características tornam complexo o planejamento do Ecoturismo na região.

Os resultados obtidos evidenciam, especialmente, portanto: (1) o crescimento das atividades turísticas e de empreendimentos em detrimento da qualidade de vida da população local; (2) problemas ambientais na Vila, especialmente em relação ao lixo (3) a precariedade ou ausência completa da

educação ambiental; (4) uma boa aceitação do turismo pelos moradores, apesar dos problemas identificados (5) o distanciamento dos moradores e dos turistas do Parque como unidade de conservação e da importância ambiental da região; (6) o reconhecimento de benefícios gerados pela implementação do Parque à comunidade, em especial o comércio; (7) o pouco controle sobre os veículos que entram no parque (8) o aceite de um novo planejamento turístico que vise o fortalecimento e a melhoria das questões sociais e ambientais da região.

Dessa forma, o Ecoturismo em Jericoacoara, além de atender as demandas turísticas da região, deverá ter como base a manutenção do ecossistema natural e de seus recursos. Isto resultará em melhores condições de vida para a comunidade, através do fortalecimento dos aspectos culturais locais e do crescimento econômico da região, além de contribuir na manutenção das atividades do Parque, na sua infraestrutura e na sua preservação.

Figura 21. A relação entre o turismo convencional e ecoturismo



Fonte: Modificado a partir de Mieczkowski (1995) citado por Wearing & Neil (1999; 24).

Espera-se, portanto, que a implantação do Ecoturismo, de forma responsável e adequada, vá, essencialmente:

- Incentivar a aproximação da comunidade e dos visitantes com o Parque;
- Preservar a natureza e os recursos naturais da região;
- Contribuir com a manutenção do Parque;
- Fortalecer a educação e a consciência ambiental dos moradores e, conseqüentemente, dos visitantes;
- Propiciar experiências de recreação e lazer que fortaleçam o contato com a natureza a valorização da paisagem local;
- Implantar infraestruturas educativas;
- Fortalecer a fiscalização de atividades irregulares;
- Incentivar o respeito à comunidade local;
- Retomar aspectos culturais importantes.

6. CONCLUSÕES

Frente à situação atual do Parque Nacional de Jericoacoara e da Vila de Jericoacoara, em quesitos ambientais e sociais, juntamente com a pouca atuação do poder público, e, considerando a previsão do “boom” turístico, faz-se urgente um planejamento turístico para a região. Planejamento esse que precisa suportar as demandas do turismo, tendo como preocupação principal a preservação da natureza e a valorização dos aspectos sociais e culturais, garantindo, assim, o crescimento econômico da região. Resumindo, um planejamento que promova o desenvolvimento sustentável local.

Dentro desse contexto, enxerga-se o Ecoturismo como opção de ordenamento das atividades turísticas em Jericoacoara. O Ecoturismo já vem se consolidando em várias partes do mundo em áreas de relevância ecológica, tais como unidades de conservação e de comunidades tradicionais. Desde que, planejado e realizado de forma adequada, o Ecoturismo em Jericoacoara poderá minimizar os impactos negativos da atual atividade turística e resultar na manutenção da região de forma a garantir que as futuras gerações encontrem um espaço ainda preservado.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. 2016. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso em: Dezembro de 2016.

BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Orgs.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4. ed. São Paulo: Senac, 2002. p. 31-56.

BRASIL. **Decreto Federal s/n de 4 de fevereiro de 2002**. Cria o Parque Nacional de Jericoacoara, redefine os limites da Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara no Estado do Ceará, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 05/02/2002.

_____. **Lei nº 11.486, 15 de junho de 2007**. Altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara. Publicado no D.O.U. de 15.6.2007.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

_____. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da República do Brasil., 17 de Setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm> Acesso em: 26 de janeiro de 2017.

_____. **Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989**. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7735.htm>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2017.

_____. **Lei nº 11.516, de 28 de Agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/download_s_plano_nacional/PNT_11_09_2012.pdf> Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

_____. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**.

Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BUCKLEY, Ralf. **Ecotourism: Principles and practices**. CABI, 2009.cap.2.

BUENOS, Eduardo. Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil (1500-1531). Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CARTA DA TERRA. Organização das Nações Unidas. 2000. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf> Acesso em: Dezembro de 2016.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Ecoturismo: naturaleza y desarrollo sostenible**. Colônia Del Valle, México: Editorial Diana, 1998.

_____. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDNBERG, K; HAWKINS. D. E.. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 2002. p. 23-30.

_____. **Tourism, ecotourism and protected areas: the state of nature based tourism around the world and guidelines for its development**. Gland: IUCN, 1996.p.26.

_____. **Ecoturismo: naturaleza y desarrollo sostenible**. Colônia Del Valle, México: Editorial Diana, 1998.

CORIOLOANO, L.M.M.T (org). **O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menêzes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. Annablume Editora, 2006. P.115.

COSTA, N.M.C da ; COSTA, V. C da. Educação Ambiental pelo Ecoturismo em Unidades de Conservação: uma proposta efetiva para o parque estadual da pedra branca (PEPB) – RJ. In PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org.). **O Ecoturismo e a Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2005. p.39-65.

DENCKER, Ada de Freitas M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003

DIGUES, A. C. S.. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, Célia M. Toledo & BRUHNS, Heloísa T. (Orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Capinas, SP: Papyrus, 1997

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2004. Disponível em < <http://docplayer.com.br/12183572-Dencker-adade-f-m-metodos-e-tecnicas-de-pesquisa-em-turismo-8-ed-sao-paulo-futura-2004.html> > Acesso em: fevereiro de 2017.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília,

1994.

_____. **Turismo contribui com 9% do PIB mundial**, publicado em 2015. Disponível em: http://www.embratur.gov.br/piembraturnew/opencms/salaImprensa/artigos/arquivos/Turismo_contribui_com_9_do_PIB_mundial.html Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

FONTELES, J. O. **Reconstrução do território e identidade**: um olhar sobre Jeri. Mercator. Revista do Departamento de Geografia UFC. Ano 4. Nº 08. 2005. p. 47 – 53.

_____. **Jericoacoara: turismo e sociedade**. Sobral: Edições UVA, 2000.

FENNELL, D.A. Ecotourism in Canada. **Annals of Tourism Research**, 1998, 25, p.231–235.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso. Ecoturismo e Participação Popular no manejo de áreas Protegidas. In: **Turismo e Ambiente – Reflexões e propostas**. RODRIGUES, Adir. Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Número de visitantes nas UCs federais aumenta 320%**. Publicado em 05 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/4-destaques/7579numero-de-visitantes-nas-ucs-federais-aumenta-320> Acesso em: 4 novembro de 2016.

_____. **Dados de visitação dos Parques Nacionais (2007-2015)**. Publicado em Fevereiro de 2016. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Dados_de_visita%C3%A7%C3%A3o_DCOM.pdf Acesso em: 8 de novembro de 2016.

_____. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Jericoacoara**: Análise da Região Unidade de Conservação. Encarte 2, 2011. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidadescoservacao/Analise%20da%20Regiao.pdf> Acesso em: 4 de novembro de 2014.

IRVING, M. A.. Refletindo sobre o Ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro. In: IRVING, M. A.. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 47-67.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN) 2007 - **Perfil Básico dos Municípios**. Fortaleza: IPECE. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2007/Jijoca%20de%20Jericoacoara.pdf Acesso em: 25 nov 2016.

ITAMARATY - Ministério das Relações Exteriores. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2016. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030completoportugus12fev2016.pdf> Acessado em: 25 de janeiro de 2017.

LAWTON, L.J. Public protected areas. In: Weaver, D.B. (ed.) **The Encyclopedia of Ecotourism**. CAB International: Wallingford, UK. 2001.p. 287–302.

LIMA, M. L. C. (Eco) turismo em unidades de conservação. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 71-87.

LIMA, L.C ; SILVA, A. M. F. DA. **O local globalizado pelo turismo: Jeri e Canoa no final do século XX**. Fortaleza: EDUECE, 2004

MARTINS, C.M. **Percepção dos administradores e de populares sobre a criação e a gestão do Parque Nacional de Jericoacoara, Ceará**. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência Florestal). Universidade Federal de Viçosa, MG, 2009.

MATEO RODRIGUEZ, J. M., DA SILVA, E.D. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: problemática, tendências e desafios**. 4.ed. Fortaleza. Edições UFC, 2016.

MEDEIROS, M. S. F. Lazer Popular: Práticas e desenvolvimento local. **Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 6, n. 1, p. 2-9, 2013.

MEHMETOGLU, Mehmet. Nature-based tourists: The relationship between their trip expenditures and activities. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 15, n. 2, p. 200-215, 2007.

MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, Edson Vicente da. **Parque Nacional de Jerioacoara: trilhas para a sustentabilidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2011, p.156.

MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: **Turismo: Impactos Socioambientais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Definição do Sistema Nacional de Unidades Conservação**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistemanacional-de-ucs-snuc>> Acessado em: 25 de janeiro de 2017.

_____. **Agenda 21 - Agenda 21 Global**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21global>> Acessado em: 25 de janeiro de 2017.

_____. **Gerenciamento das Zonas Costeiras - A Zona Costeira e seus usos múltiplos**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestaoterritorial/gerenciamento->

costeiro/a-zona-costeira-e-seus-m%C3%BAtiplos-usosl> Acessado em: 25 de janeiro de 2017.

MOLINA, F.S. **A produção do espaço pelo e para o turismo: o caso da praia de Jericoacoara, Ceará, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) .Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. Madrid, 2001.

ONU - Organização das Nações Unidas. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum** (Tradução de: "Our Common Future"). Rio de Janeiro. 1991.

ORJUBIN, Gérard. **Um dia em Jeri**. Fortaleza: Expressão, 2008.

OTTAWA: WHO; 1986. **First International Conference on Health Promotion, Ottawa**, 21 November 1986. Ottawa Charter. Disponível em: <<http://www.who.int/healthpromotion/conferences/previous/ottawa/en/>> Acesso em: 22 Jan 2017.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2000. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/idhm-do-brasil.pdf>> Acessado em: 25 de janeiro de 2017.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 2008.

SANTOS, S. R. dos S.; TEIXEIRA, M. G. C. Análise do Plano de Desenvolvimento Turístico no Estado do Maranhão: potencialidades e entraves na gestão de Pólo Turístico em município estratégico. In: **Anais... XXXII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008.

SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e Desenvolvimento Local**. São paulo: Hucitec, 2002, p. 17- 22.

TEOFILO, A. X. G. **Ecoturismo em Jericoacoara: Uma proposta de ordenamento do uso público**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Fortaleza. Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2016.

TIES. **What is Ecotourism?** Disponível em <<https://www.ecotourism.org/what-isecotourism>>. Acessado em dezembro de 2016.

WALLACE, G. N. A administração do visitante: lições do Parque Nacional de Galápagos. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Orgs.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4. ed. São Paulo: Senac, 2002. p. 95-139.

WESTERN, D. Como definir o Ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald

E. (Orgs.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4. ed. São Paulo: Senac, 2002. p. 13-22.

WEARING, S.; NEIL J. **Ecoturismo: Impactos, Potencialidades e Possibilidades**. 1. Ed. Brasileira. São Paulo: Manole. 2001.

WOOD, Megan. **Ecotourism: Principles, practices and policies for sustainability**. UNEP, 2002.